Valor
ECONÓMICO

30 de Novembro 2020
Segunda-feira
Semanário - Ano 5
Nº237
Director-Geral
Evaristo Mulaza

ALERTA EMPRESÁRIO

Presidência angolana da OPEP é uma "armadilha"

Pág. 10

EFEITOS DA CRISE

Imprensa privada de rastos

Págs. 8 e 9

TOMASZ DOWBOR, PCA DO GRUPO BOA VIDA

"2021 vai ser bom: é um ano pré-eleitoral e os modelos económicos implementados não vingaram"

Págs. 4 a 6

MAIS DE 13 MILHÕES KZ

Salineira acusa AGT de cobrança "injusta"

TRIBUTAÇÃO. A maior salineira do Namibe garante que o "excesso de zelo" da AGT vai obrigar a alterações no preço do sal. AGT defende-se e aponta erros da empresa na importação.

Pág. 11

DECISÃO DO COMITÉ DE POLÍTICA MONETÁRIA

BNA mantém taxa básica de juro nos 15,5%

POLÍTICA MONETÁRIA. O Banco Nacional de Angola, através do seu Comité de Política Monetária, decidiu manter algumas das principais taxas de referência, na sua reunião de sexta-feira, 27. A taxa básica de juro ficou-se pelos 15,5%, ao passo que o coeficiente das resevas obrigatórias se manteve nos 22% em moeda nacional e 17% em externa. Pág. 11

RIL 10-20 Nov (mil milhões USD) **10:** 8.882,51 **12:** 8.854,62 **13:** 8.860,24 **16:** 8.588,80 **17:** 8.551,18 **18:** 8.500,34 **19:** 8.412,06 **20:** 8.412,90

Editorial

A FALÁCIA DO DIÁLOGO

Não é preciso ir-se além do horizonte para se encontrarem as respostas que verdadeiramente interessam. A questão de fundo, na crise política e social vigente, não reside na ausência de diálogo. Nada é mais desavisado ou enganoso do que afirmar o contrário. E o próprio 'modus operandi' do Presidente da República ajuda a esbater as dúvidas.

João Lourenço até pode ser acusado de tudo, menos de ser avesso ao diálogo. Ainda que essa abertura, mais do que pela sua personalidade, seja justificada pela circunstância de ter chegado ao poder num período menos tolerante ao monólogo de quem governa. De forma genuína ou não, o certo é que o Presidente deu sinais de abertura desde o início. Começou pelos detractores radicais de José Eduardo dos Santos, num dos primeiros sinais de que estaria disposto a mover montanhas para afastar-se do homem que o colocou no poder. Passou depois para a sociedade de forma mais genérica. Conversou com jovens em Luanda e em outras das províncias para onde se deslocou muito antes de a contestação contra o seu governo subir de tom. Colocou, no Conselho da República, figuras menos coladas ao regime e, mais recentemente, criou o Conselho Económico e Social, também com várias pessoas habituadas a pensar com a própria cabeça. Mas não se ficou por aí. Juntou-se antes ao universo das redes sociais, onde mantém contacto mais tempestivo e regular com a sociedade, quebrando a forma de comunicação anacrónica com que o Palácio brindava o país. Tudo isso junto dá, como resultado, um Presidente aberto e dialogante. Muito dialogante até, sublinhe-se. A falta de diálogo entre governados e governantes não é, portanto, o cerne da actual crise.

O que está em causa, mais uma vez, é a convicção do falhanço generalizado das principais promessas de João Lourenço. Os cartazes dos jovens que vão à rua não rogam pelo diálogo, pedem emprego. Denunciam a luta selectiva contra a corrupção. Exigem verdadeira independência para os Tribunais. Ordenam a credibilização da Comissão Nacional Eleitoral. Impõem a marcação de eleições autárquicas. E lembram, resumidamente, que não se marca um passo na despartidarização do Estado. Estas são as questões de fundo que não se resolvem com mil diálogos com o Presidente da República e/ou com os seus auxiliares. Os jovens que exibem a saturação nas ruas do país sabem disso e sabem que não se representam apenas a si próprios. Representam uma maioria agastada, em que se incluem crianças, adultos e velhos. E os jovens sabem mais. Sabem que a credibilização da CNE e dos Tribunais e que a marcação das eleições autárquicas dependem da vontade de um só grupo, senão de uma só pessoa. Por isso, interpretar as reivindicações dos jovens como uma herança da cultura do sucesso fácil, 'ensinada' pelos adultos, é de uma esquizofrenia perturbadora. Ou, no mínimo, uma tentativa de manipulação encapotada. Que venha o diabo e escolha.

FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Isabel Dinis, Júlio Gomes, Guilherme Francisco e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY e Mário Paiva
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 **Nº de Registo do MCS:** 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
Nº de Contribuinte: 5401180721
Nº de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82
Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola; 222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...

HUGO TELES,
CEO Banco BIC

Segundo o BNA, os bancos comerciais, no global, adquiriram 61% das divisas nos seus clientes. No caso do BIC, qual foi a taxa concreta?
Em Outubro, o Banco BIC comprou cerca de 10% de divisas a clientes. Em relação ao resto do ano, as compras a clientes andaram entre 5% e 18% no caso do Banco BIC.

O governador José Massano referiu não haver necessidades de as pessoas fazerem recurso ao mercado informal de divisas. O Banco BIC subscreve essa afirmação?
Devemos ter em consideração que o mercado é dinâmico, havendo meses de maior fluxo e maior necessidade de cambiais. No geral, os bancos estão capazes de atender à demanda não fazendo sentido ir ao mercado informal.

Então têm conseguido atender às solicitações todas?
Quanto a 2020, o Banco BIC tem conseguido dar resposta às solicitações de clientes. Os pendentes não se prendem por questões cambiais, mas sim de compliance.

24 TERÇA-FEIRA

O Governo declara que quer alienar as empresas públicas de transporte marítimo Secil Marítima e Unicargas, inscritas no programa de privatizações (Propriv), no primeiro semestre do próximo ano.

25 QUARTA-FEIRA

O presidente da Agência para o Investimento Privado e Promoção das Exportações de Angola (Aipex) defende que a corrupção também é uma pandemia e disse que, em dois anos, o país evoluiu muito no seu combate.

23 SEGUNDA-FEIRA

Na voz de Rafael Savimbi, filho do fundador, a Unita insta o Presidente João Lourenço a organizar eleições autárquicas em 2021 e a aprofundar a descentralização no país.

26 QUUITA-FEIRA

O Presidente da República afirma que o país "terá autarquias", mas sem apontar datas, salientando que ainda há vários passos para dar e que é preciso completar o pacote legislativo antes de realizar eleições autárquicas, inicialmente previstas para 2020.

27 SEXTA-FEIRA

Instituto de Supervisão de Jogos (ISJ) decide prorrogar, para até 14 de Dezembro de 2020, o prazo de entrega de candidaturas do concurso limitado para a celebração de contratos de concessão para a exploração de jogos sociais.

28 SÁBADO

Angola volta a produzir ouro, com a instalação da mina de Chipindo, na Huíla, com uma capacidade de produção média de 4,5 kg/mês de concentrado de ouro. A novidade é avançada numa nota pelo ministério do sector.

29 DOMINGO

A AGT dá conta que salários até 100 mil kwanzas, de trabalhadores agrícolas e domésticos, passam a estar isentos de descontar o Imposto sobre Rendimento de Trabalho (IRT), desde que as pessoas em causa estejam inscritas no INSS.

COTAÇÃO

PETRÓLEO SEGUE INQUIETO...

O petróleo começou a semana a cair, após os membros da Opep não terem chegado a uma decisão sobre uma possível prorrogação do acordo de cortes na produção. O brent registou perdas de 1,24% nas entregas de Fevereiro, ao negociar 47,65 dólares. O WTI, por sua vez, recuou 0,97%, nas entregas de Janeiro, para 45,09 dólares.

OURO, PRATA E COBRE EM LIGEIRA QUEDA...

A mesma tendência tiveram o ouro, a prata e o cobre. O ouro negociou as entregas de Fevereiro a 1.782,05 dólares por onça troy, uma queda de 0,34%.A prata registou perdas de 0,03%, ao negociar as entregas de Março a 22,633 dólares por onça troy. Já o cobre recuou 0,71% nas ao negociar nos 3,4417 dólares por libra-peso.

Entrevista

TOMAZS DOWBOR, PCA DO GRUPO BOA VIDA

"É preciso olhar para as decisões que levam o empresário a prosperar"

Afirma que ainda não vê decisões que possam melhorar a situação dos empresários, mas acredita num 2021 melhor por, sobretudo, ser um ano pré-eleitoral. PCA do Grupo Boa Vida, Tomaz Dowbor revela detalhes do pendente com o falido BANC e precisa que chegou a exigir um pedido de desculpa ao Tribunal.

Por César Silveira

Mário Mujetes © VE

Como está a 'saúde' do Grupo Boa vida?
Estamos frente a enormes desafios macroeconómicos e um mercado extremamente vulnerável, passando por momentos críticos, fruto da calamidade pública resultante de situações de carácter externo. Dentro deste contexto, o Grupo Boa Vida está a lançar novo produto, tornando realidade um lema que nos guia há muito tempo, segundo o qual cada crise é uma oportunidade de solução mais sofisticada. O Grupo procura adaptar-se com novos produtos, porque as características da crise é que as soluções até então cessam, deixam de funcionar. E o empresário tem de ter criatividade, invenção e adaptabilidade para poder surgir com novos produtos que vão permitir transitar no período de crise.

O novo produto a que se refere é também no imobiliário, que é a área de negócio mais visível do grupo?
Nós diversificamos em diferentes áreas de negócio, mas a nossa principal área continua a ser a construção civil. A crise dos últimos anos criou um enorme vácuo e algumas empresas acabaram por fechar, mas a nossa população continua a crescer com uma grande demanda habitacional. E, perante esta demanda, o Grupo Boa Vida encontrou um novo produto, mais adequado para a realidade de hoje. Evidentemente com a mesma qualidade estética, encontramos, como solução, baixar os preços, porque o nosso poder de compra baixou de uma forma significativa. Também testemunhamos o recuo por parte das disponibilidades dos bancos, créditos habitacionais. De uma forma geral, todos enfrentamos estas dificuldades na busca de soluções de créditos e da impossibilidade da parte dos bancos de nos suportar neste aspecto.

Olhando para os preços praticados na Urbanização Boa Vida, está a falar de que diferenças?
Todos os processos macroeconómicos que acompanhamos, nos últimos três anos, desvalorizaram a moeda e, por sua vez, tornaram todos os produtos mais caros em kwanza. Porém, não podemos comercializar uma casa que anteriormente custava 300 mil dólares (antigamente que era 30 milhões) por 200 milhões que seriam 300 mil dólares, porque não temos esta capacidade por parte do público. Então, o mercado ficou muito mais complexo, muito mais complicado, mais difícil. A mesma casa temos de comercializar a 70 milhões ou 80 milhões, que é o equivalente a 100 mil dólares, um quinto do preço que comercializávamos há três ou quatro anos.

E de que forma pretendem vender casas a preços mais baixos?
As soluções que encontrámos é buscar maioritariamente os produtos nacionais, ou seja, buscar soluções da produção nacional e isso levou-nos a pensar em desenvolver diferentes indústrias, como de caixilharia, portas, cozinhas armários ou mesmo tintas e esferovites para ter uma garantia de preços em kwanzas. Evidentemente, alguns produtos continuam a ser importados. Estes desafios continuam, mas tudo isso nos levou a conseguir um preço de uma casa T3 e um lote generoso suficiente para desenvolver um quarto adicional ou dois quartos adicionais com a infra-estrutura necessária (água e luz e asfalto) num preço de 50 milhões de kwanzas, que ainda beneficia de diferentes protocolos bancários, predispostos a facilitar o crédito habitacional de longo prazo, ou seja, de 10 a 15 anos.

Sei que, mesmo para o acabamento das casas da Urbanização Boa Vida, tiveram já de fazer recurso a material nacional. Não têm tido conflitos com clientes por isso?
De uma forma sempre antecipada, avisamos os clientes da existência de alguma substituição de material e que esta seria feita com a concordância dos clientes. A nossa grande ambição, até hoje realizada com sucesso, é de garantir a alta qualidade dos acabamentos e disso não podemos abrir mão. Portanto, mesmo o produto nacional, precisa obrigatoriamente de atender o nível de qualidade que se pretende dar e, por sua vez, garantir a satisfação dos clientes. Foi uma escolha orientada por uma inteligência de custos. Nós procuramos responder de tal forma que o cliente se sinta compensando pelo esforço que faz para a aquisição de casa. Claro, não somos perfeitos, houve grandes atrasos ao entregar as obras e a lista dos contratempos é enorme. Todas as múltiplas dificuldades que cada empresário enfrenta todos os dias para assegurar a qualidade de vida da nossa família.

Mas o mercado nacional já garante esta quantidade e qualidade?
Não. Esse é um processo evolutivo. O abrandamento de uma empresa de construção civil tem uma disponibilidade maior do que o trabalho de construção civil diz respeito. Naturalmente, as empresas produziram menos porque havia uma demanda muito menor. Como exemplo, temos o mercado dos carros. Há cinco anos, importávamos quase 50 mil carros e hoje estamos a importar 10 ou três mil, o mercado reduziu 90%. A imobiliária não foi diferente, a construção civil abrandou 90% e várias empresas param ou fecharam. Nesse sentido, houve maior disponibilidade dos materiais de construção civil em função da falta de clientes. Assim, temos uma resposta positiva por parte do mercado e temos fonte onde adquirir produtos nacionais, uma boa parte hoje muito maior que há dois ou três anos. Continuamos na busca de solução de custo mais barato.

> *O Executivo deu mais prioridade às questões estruturantes e não teve grande êxito no que diz respeito ao apoio ao sector privado, que é a chave do sucesso de Angola.*

Referiu atrasos nas entregas. Qual é a situação actual?
O Boa Vida suspendeu quase quatro mil colaboradores na sequência do Decreto Presidencial do Estado de Emergência. Nos últimos 120 dias, conseguimos reenquadrar mais de dois mil funcionários, o que achamos ser um grande sucesso. As obras retomaram com grande velocidade. Evidentemente que as situações deste ano provocaram um grande atraso. Porém, estamos a fazer tudo para mitigar os efeitos, acelerando as obras e tornando esse tempo de espera menos visível para os clientes. Por isso, incentivamos os clientes a visitarem as suas casas e monitorar de perto a evolução, porque já estamos de volta. Semanalmente, chegamos a entregar até cinco casas. Ainda este ano, temos prevista a entrega de 21 casas e, até Março do próximo ano, temos prevista a entrega de 148 casas. Temos mais de 150 moradores no Boa Vida. Permita-me aproveitar a ocasião para classificar uma situação que passou nas redes sociais de um nosso cliente. Temos um cliente Adilson Fonseca que, nas redes sociais, de uma forma exaustiva, está a acusar-nos de burla, o Boa Vida é acusado de vender uma casa a dois clientes.

Mas o que é que se passa de concreto?
Ao longo de mais de 25 anos na entrega de casas, nunca aconteceu uma situação similar. No dia 15 de Julho, avisámos o senhor Adilson que tinha feito o pagamento de 69% do valor da casa e que deveria vir liquidar o valor pendente para receber a casa, mas ele não teve disponibilidade financeira. Nós não somos uma entidade financeira, precisamos de receber 100% do valor antes da entrega da casa conforme os contratos. Não temos ainda pujança financeira para creditar. Como o senhor Adilson não teve disponibilidade, fizemos uma segunda proposta, propusemos entregar uma casa num período de 12 meses, o que lhe permitiria parcelar este esforço financeiro em 12 prestações, ou então uma terceira proposta, que era a devolução dos valores. Não se pronunciou sobre nenhuma das três propostas, preferiu ir ao Inadec e, não tendo conseguido resolver, então foi às redes sociais. A casa dele esteve à disposição, ele tentou forçar-nos a entregar uma casa sem cumprir as obrigações financeiras.

Mário Mujetes © VE

Mas a casa contínua disponível?
Hoje não está disponível, passaram-se cinco meses, porém continuamos com duas soluções na mesa. Ele pode receber uma outra casa com as mesmas características, prometemos até Abril do ano que vem. Ele pode vir pagar este valor (127 mil dólares) e em Abril vai receber a casa. Continuámos também com a proposta de devolução do valor caso ele queira rescindir.

O abrandamento nas obras e agora o regresso não é por questões financeiras?
Suspendemos os trabalhadores orientados pelo Decreto Presidencial de Março. Retomámos na sequência do plano que foi minuciosamente analisado e aprovado, que passava pela estratégia de massificação de entrega das casas. A ideia era elevar a credibilidade do Boa Vida e permitir a passagem dessa mensagem para o mercado: que o grupo Boa Vida não vai desistir.

Muito recentemente, o seu nome esteve amplamente difundido nas redes sociais pela dívida que tem com extinto BANC. Qual é a situação actual desta dívida?
A situação do grupo foi várias vezes analisada pelos órgãos competentes, incluindo o SIC. Houve diferentes inspecções na busca de eventuais burlas ou ilegalidades dentro do grupo e nunca foi encontrado nada. Não recebemos dinheiro público, o investimento do Boa Vida foi realizado por mim e pelo meu irmão, um investimento privado que ultrapassou os 100 milhões de dólares. Na busca de soluções, nas importações de acabamentos, fizemos uma parceria estratégica com o Banco BANC que nos suportou com o crédito cujo valor pendente hoje ronda em dois mil milhões de kwanzas. Isso implicou também a venda das casas aos ex-trabalhadores do banco à metade do preço. Essa parceria foi estruturada com o objectivo de termos suporte para a importação de materiais que, infelizmente, não aconteceu. O banco, infelizmente, fechou. O grupo Boa Vida, ao longo dos anos, conforme os documentos legais disponíveis na empresa, também apresentados no tribunal, cumpriu na sua totalidade as suas obrigações contratuais. E, no tribunal, declarámos a vontade de continuar a cumprir com as nossas obrigações.

Foi citado como sendo o principal credor…
O BANC faliu com 52 mil milhões de dívidas e a parte do Boa Vida é apenas 4% do valor quitado. Valor muito reduzido diante de toda a falência do banco. Portanto, nas minha condição de declarante sobre o caso do banco, disse que gostaríamos que o tribunal, no final, pudesse emitir um pedido de desculpas ou clarificação, no mínimo, sobre a posição do Boa Vida, que não participou na falência do banco, mas exerceu a função de salvador; que, ao longo dos anos, pagava a sua prestação mensal dos créditos que sustentaram salários de 250 trabalhadores do banco. Sobreviveram ainda graças à seriedade do Grupo que, religiosamente, prestou a prestação mensal dos créditos.

Quando é que o banco recebeu o crédito e qual é o valor em dívida?
Nós, ao longo de quatro anos, no período 2015/2019, devolvemos sob formato de amortização de capital, juro e taxas 3,6 mil milhões de kwanzas nas prestações mensais, de acordo com condições comerciais de contrato de crédito. O valor pendente no momento do encerramento do banco rondava os 2 mil milhões de kwanzas. Também entregámos 90% das casas dos ex-trabalhadores do BANC e sobrou umas poucas ainda na sequência dos compromissos assumidos. De uma forma resumida, este exemplo de crédito bem realizado é que deve servir de exemplo do formato que os empresários devem seguir. Nós realizámos 100 milhões de dólares de crédito privado, acompanhado por menos de 10 milhões de créditos do BANC, ou seja, menos de 10% do valor e visávamos, em primeiro lugar, uma parceria que permitiria a importação dos materiais, que é dependente das entidades financeiras. Este formato de estruturação é mais seguro porque, de um lado, o empresário consegue partilhar o risco entre o capital próprio e o capital emprestado, mas também criar uma parceria para o negócio porque, mal ou bem, por mais que as casas ao banco tenham sido ven-

Continuação na página 6

'CASADO' COM A IMOBILIÁRIA

Nascido em 1974, em Varsóvia, é formado em Teologia e Filosofia. Chegou em Angola, pela primeira vez, em 1996, acompanhado de um amigo angolano. Iniciou a vida empresarial desenvolvendo diferentes projectos no sector imobiliário, influenciado pela actividade da empresa familiar que tinham na Polónia. É CEO do Grupo Boa Vida e no seu portfólio a construção de vários condomínios entre os quais Infinity Residence 1, Condomínio Ville Vermont, o Solida Plaza, o Vereda das Flores, o Condomínio Hipicus e o Real Park.

> *Todos os processos macroeconómicos que acompanhamos desvalorizaram a moeda e, por sua vez, tornaram todos os produtos mais caros em kwanza.*

Entrevista

Continuação da página 5

didas à metade dos preços, conseguimos 63 clientes.

Qual é o valor concreto que recebeu de crédito?
Em função do câmbio flutuante e dos anos que passaram, posso estimar que foi pouco mais de 10 milhões de dólares. Evidentemente os juros sempre foram altos e este valor foi crescendo.

Têm dívidas com instituições financeiras internacionais e ou fornecedores?
A Urbanização Boa Vida foi erguida com investimento privado e um pequeno colateral que foi o crédito BANC, são estas duas entidades que financiaram o arranque e a construção das infra-estruturas primárias.

E fornecedores?
Beneficiámos de financiamento de fornecedores internacionais. O Grupo conseguiu negociar os materiais de acabamento que permitiram a construção e acabamento da primeira fase da Urbanização Boa Vida. Não foi valor de financiamento, mas sim creditado por fornecedores.

E qual é divida com estes fornecedores?
O valor pendente, que não foi ainda liquidado por via das dificuldades do BNA e/ou do país em geral, ronda os 50 milhões de dólares, um valor que nos permitiu acabar a primeira fase de quase 350 casas. Mas estou confiante que o BNA vai cumprir as suas promessas no que diz respeito ao pagamento dos materiais que já se encontram no país.

No início, falou do lançamento de um novo produto imobiliário. Considerando a conjuntura actual, espera uma grande procura mesmo considerando os preços baixos, como refere?
Chamar-se-á Cidade Boa Vida e vai beneficiar das infra-estruturas que já foram construídas na Urbanização Boa Vida. Porém, o eixo principal é de financiamento baseado no crédito individual aos clientes. Acautelámos protocolos com o Banco Sol e outros que vão dar financiamento ao cliente individual, de tal forma que tenhamos uma fonte contínua de financiamento da sua construção, ao contrário de vários casos da Urbanização

Mário Mujetes © VE

A Urbanização Boa Vida foi erguida com investimento privado e um pequeno colateral que foi o crédito BANC, são estas duas entidades que financiaram o arranque e a construção das infra-estruturas primárias.

Boa Vida, em que, na sua maioria, os clientes pagaram com fundos próprios, aportando uma variável muito grande em função da situação macroeconómica e política.

Onde está a garantia de que os bancos vão efectivamente financiar?
Ao estruturar esta modalidade, acautelámos, nos protocolos assinados entre os bancos e o Grupo Boa Vida, o acesso aos clientes em condições facilitadas. Os clientes não vão encontrar tanta burocracia ou impedimentos para poderem candidatar-se para um crédito habitacional.

E em relação à Urbanização Boa Vida, quais são os níveis de venda e de entrega?
Temos altos níveis de receptividade do nosso produto. Evidentemente este ano temos registado uma redução nas vendas. Mas, apesar de as vendas serem mais baixas que no ano passado, o nível que atingimos permitiu-nos reiniciar o projecto.

Estamos frente a enormes desafios macroeconómicos e um mercado extremamente vulnerável

E o nível de entrega?
Foram vendidas mais de 80% e foram entregues mais de 40%. Mas penso que, até ao próximo ano, chegamos ao nível de 80% das entregas.

Está previsto para a Urbanização Boa Vida o lançamento de um hotel de investimento por parcela, entretanto, suspenso pela Comissão de Mercado de Capitais. Como está este dossier?
Este hotel foi construído na parte bruta, porém foi suspenso pelo CMC que achou que este negócio tem mais carácter de investimento financeiro e não da sua construção. Por mais que tivéssemos legalizado com alvará de construção e aprovação da obra, os serviços financeiros, concretamente a CMC, acha que tem uma característica de produto financeiro e suspenderam até as suas análises serem concluídas e já levam dois anos.

Não tenho dúvidas de que o próximo ano será de grande esperança, porque é um ano pré-eleitoral. Penso que o Governo está sensibilizado neste sentido.

Sei que já haviam vendido algumas parcelas. Qual é o tratamento que foi dado a estes clientes?
Estas pessoas foram reenquadradas nas lojas e noutras nossas oportunidades.

Passa a impressão de que o grupo está bem em termos de negócios, apesar deste ano atípico…
Para nós, o grande sucesso foi sobreviver e fechar o ano com ainda quase dois mil trabalhadores.

Como olha para o futuro, não apenas do vosso grupo, mas do país?
Estamos aqui não só porque acreditamos no país, mas porque temos plena confiança e conhecimento de que, no longo prazo, Angola é sustentável. Tem recursos, população crescente e ambiciosa, com desejo por uma melhor vida. São premissas que, para nós, são alicerces de estabilidade de longo prazo. Evidentemente isso implica uma grande dinâmica e inteligência por parte do Executivo que tem de aplicar e adequar as regras de macroeconomia e que sustentam a actividade empresarial privada.

Parece mais animado do que a última vez em que falamos, há cerca de um ano…
O Executivo, sobretudo a sua comissão económica, estava mais preocupada ou deu mais prioridade às questões estruturantes e não teve grande êxito no que diz respeito ao apoio ao sector privado, que é a chave do sucesso de Angola, não tem outro caminho. O Governo tem de fazer o seu papel na estruturação e no apoio, tem de deixar o espaço para o privado, criar condições macroeconómicas que permitam aos empresários desenvolverem-se.

E sente que está a ser criado já este espaço?
Ainda não. Penso que diferentes desafios foram alcançados nos últimos três anos em termos políticos, como a liberdade de imprensa ou o reforço do sistema judicial, mas agora é o momento de virar atenção para o sector privado.

E já há sinais neste sentido?
Ainda não, ainda sentimos na pele a dificuldades de ter acesso ao crédito, de aceder às condições básicas possíveis como empresário. Ninguém questiona as decisões soberanas do Executivo, mas é preciso olhar-se para as decisões que possam levar os empresários a prosperar, desde o micro empresário, desde a 'janela aberta', o quiosque. Ainda existem estes desafios.

O actual Governo tem pela frente menos de dois anos de mandato, espera por grandes novidades neste período?
Não tenho dúvidas de que o próximo ano será de grande esperança, porque é um ano pré-eleitoral. Penso que o Governo está sensibilizado neste sentido.

Esta esperança é só por ser ano pré-eleitoral ou acredita que será mesmo o princípio das transformações por que anseia?
São dois factores. Por um lado, é um ano pré-eleitoral. Por outro, foram experimentados diferentes modelos económicos que não vingaram e penso que hoje estamos num caminho, em que a necessidade da existência do sector privado ficou clara. Portanto, a soma destes factores leva-nos a acreditar que teremos um 2021 melhor.

net
UNITEL

O PREÇO DA NET DESCEEEUU!

PLANOS NET BIMESTRAIS

~~ANTES 20 GB / 31 DIAS~~
AGORA NET 30 GB / 60 DIAS = 25.000Kz
envia **NET 30 GB** para **19107**

~~ANTES 30 GB / 31 DIAS~~
AGORA NET 50 GB / 60 DIAS = 35.000Kz
envia **NET 50 GB** para **19107**

Entra na Net a toda a velocidade.

www.unitel.ao

UNITEL

SÓ RESTAM QUATRO JORNAIS COM VENDAS EM PAPEL

Crise atingiu em cheio imprensa privada

COMUNICAÇÃO SOCIAL Imprensa privada enfrenta dias "críticos" e de pura "sobrevivência". Jornalistas falam em situação "dramática". Há quem acredite que a actual situação beneficia o Estado. Ardinas anunciam a "morte" da imprensa escrita e acreditam que a solução depende da vontade política.

Por Isabel Dinis

A crise económica tem sido das principais razões apontadas para a queda da venda de jornais e para o desaparecimento de grande parte das publicações. Despedimentos, falta de salários, jornais que fecharam e outros que simplesmente deixaram de imprimir e queixas de censura são alguns cenários que os meios enfrentam. "Os media estão a sobreviver, mas não sei por quanto tempo mais. É uma situação que se arrasta desde 2017. Desde este ano que tem sido difícil com problemas a duplicar", é o retrato feito por Teixeira Cândido, secretário-geral do Sindicato dos Jornalistas Angolanos (SJA).

A realidade fora de Luanda é ainda mais "crítica", analisa Teixeira Cândido. O líder sindical dá como exemplo a realidade da Rádio Morena, em Benguela, cujos trabalhadores endereçaram recentemente um abaixo-assinado ao sindicato, dando conta que estão há quase quatro meses sem salários, quando o ordenado mais alto, entre os jornalistas, é de 120 mil kwanzas.

VENDER DOIS JORNAIS "É UM DIA BOM"

Na imprensa, o cenário é ainda "mais dramático". Actualmente, apenas quatro jornais imprimem com regularidade, sendo um o Jornal de Angola, órgão estatal. Há dois ou três anos, saiam à rua mais de uma dezena de jornais e revistas.

Teixeira Cândido tem olhado com "preocupação" o número reduzido de jornais que conseguem imprimir. Faz comparações à realidade pré-independência, em que o país tinha quatro jornais diários. "Depois de mais de 45 anos, Angola não conseguiu ter mais de um diário. Isso representa uma não evolução do mercado da comunicação social", afirma.

As coisas complicaram-se ainda mais, desde "mais ou menos 2017", identificam os ardinas, em Luanda. Além do Jornal de Angola, o Novo Jornal, o Expansão e o Folha 8 têm "conseguido" sair regularmente. O Crime, jornal quinzenal sai, mas, às vezes, "falha", explica Manuel Domingos Ebo, ardina na baixa de Luanda desde 2000. "Conseguir vender dois ou três jornais que não sejam o Jornal de Angola já é considerado um dia bom", explica.

O sufoco começou em 2018. No inicio desse ano, o Jornal de Angola, único diário e aquele com maior circulação no mercado, era vendido, pelos ardinas, entre os 70 a 90 jornais diários. Para o colocar na rua, os ardinas compram-no a 50 kwanzas e vendem a 100, cada exemplar. Mas as "coisas" começaram a apertar e se for vendido mais de 15 ou 20 jornais já é "um milagre e um dia muito bom". "O restante dos jornais é que tem sido uma luta grande para vender. A vida está tão complicada que ou compras jornais, ou comes. Claro que as pessoas preferem comer", justifica Manuel Domingos Ebo.

Arão Abias, considerado o 'decano' dos ardinas em Luanda pelos outros ardinas e a comercializar jornais há mais de três décadas, não tem dúvidas de que as vendas têm baixado de "forma assustadora". "Hoje em dia, quem continua a vender faz apenas pelo amor à profissão e por já não ter outra saída", afirma. "Não há lucro nenhum. Se disser que há lucros estarei a mentir e não gosto de mentir. As vendas vão mesmo para a alimentação. Há dias em que vendemos apenas dois jornais. E se vender é sorte. Estou aqui por causa do factor idade. Os jovens estão aqui por causa da falta de emprego".

Arão Abias recorda-se dos bons tempos em que levava jornais para vender num turismo e "todos compravam". "Já cheguei a vender cinco mil jornais num dia", lembra. Com a

A SECRETÁRIA DE ESTADO para o Orçamento e Investimento Público, Aia-Eza da Silva, manifestou-se hoje surpresa com a questão da dívida das missões diplomáticas angolanas, quando foram já disponibilizados 48 milhões de dólares para sua liquidação.

venda de jornais, formou e alimentou os filhos, conta, orgulhoso. Hoje, vê a imprensa a "morrer" e não acredita que possa melhorar tão cedo. Mas, ao mesmo tempo, defende que se os "políticos quiserem, as coisas melhoram", porque "são eles que ditam as ordens".

Um dos poucos jornais que tem conseguido imprimir é O Crime. O director, Mariano Brás, acusa o Governo de contribuir para o desaparecimento dos jornais e revistas. Dá o exemplo de que essa contribuição para o desaparecimento da imprensa começa quando permite que a impressão dos jornais seja das mais caras do mundo. "A intenção do Governo é dificultar. No tempo da outra senhora (antigo Governo) agiam com mais visibilidade. João Lourenço é mais astuto".

O jornal O Crime é comercializado a 1.500 kwanzas. O preço, explica Mariano Brás, afasta o público-alvo, porque as pessoas não têm dinheiro para comprar o jornal e justifica o preço com alguma qualidade, 1.500 ou 2.000 exemplares, as gráficas cobram cerca de três milhões de kwanzas.

Mariano Brás conta que o "segredo" de 'O Crime' ser ainda dos poucos a imprimir tem que ver com a "resiliência e uma mão divina", trabalhar apenas com estagiários e o facto de o jornal ter surgido já "a meio da crise em 2014". "Nunca tivemos um momento bom. Sempre nos viramos nas dificuldades", conclui.

NOVO JORNAL MAIS DIGITAL, MAS NÃO SE SENTE UMA ILHA

O Novo Jornal e o jornal Expansão são dos poucos semanários que ainda saem à rua. Fazem parte do mesmo grupo e têm uma distribuidora própria que vende aos ardinas e em pontos de venda e conta com as assinaturas digitais. O director do Novo Jornal, Armindo Laureano, explica que o jornal teve de se adaptar ao período da pandemia e optou pela promoção de assinaturas digitais num momento em que se pede para as pessoas ficarem em casa.

As vendas no digital registaram um aumento "considerável" entre Março a Novembro. Apesar disso, garante Armindo Laureano, "não descuramos o físico, nem o aumento das vendas digitais transformou o Novo Jornal numa ilha e tenta perceber o que está a acontecer ao seu redor".

Armindo Laureano acredita estar a fazer um "grande" trabalho de gestão, ainda não se sentiu obrigado a despedir e garante que nem tem essa pretensão: "Continuamos com a regularidade da impressão do jornal. Os anúncios têm subido. Não estamos numa ilha. Claro que não é um quadro que anima. Somos do tempo em que dava um prazer ir ao sábado comprar sete, oito ou nove jornais. É a diversidade".

MEMORIZE

● **Até 2018,** os ardinas vendiam entre 70 a 80 jornais diários, mas hoje se venderem 15 ou 20 jornais estão em presença de um bom dia. A situação é mais dramática no caso dos semanários. Vender dois exemplares é motivo de satisfação. Grande parte dos semanários, entretanto, ideixou de imprimir, sorte semelhante teve o OPaís, o único diário privado.

Um dos responsáveis da distribuidora dos dois jornais explica que houve uma "quebra significativa nas vendas por causa da crise" e principalmente com a saída de muitos expatriados que também eram leitores dos dois jornais. A empresa de distribuição tem optado por aumentar os pontos de venda, mas com a pandemia optou por deixar de mandar os jornais para outras províncias e converteu as assinaturas físicas em digitais.

ENTRETENIMENTO DESAPARECEU

As revistas de moda e entretenimento também deixaram de parar nas mãos dos ardinas. A internet e a crise aceleraram o desaparecimento deste segmento da imprensa, justificam os ardinas.

Revistas como Mulher Moderna, Gente, Segredos de Cozinha, Maria, Karga e Lux "simplesmente foram desaparecendo aos poucos até que deixamos de ter acesso". Para aquelas que eram importadas, como a Mulher Moderna, Gente, Segredos de Cozinha e Maria, a falta de divisas ditou o "enterro". "Neste momento, não temos nenhuma revista connosco. O que estamos a vender é tudo antigo e para encher", revela um dos ardinas que não quis se identificar. As revistas internacionais eram adquiridas num quiosque no aeroporto internacional '4 de Fevereiro' e na loja Africana.

Estado concentra meios

O Valor Económico e o Nova Gazeta, dois jornais da Gem Angola Global Media, fazem parte do grupo de órgãos de referência que deixaram de imprimir. O primeiro concentrou a sua presença no PDF e reforçou a alimentação dos conteúdos no site. Já o Nova Gazeta se ficou pelo site e a empresa não projecta, pelo menos no curto prazo, retomar a impressão. Os jornais o 'Mercado e 'Vanguarda', da Media Rumo, também passaram a contar apenas com o PDF desde o ano passado.

2

Exemplares, quantidade de exemplares vendidos em dias bons

ESTADO CONCENTRA MEIOS

Depois de quase quatro meses de dois importantes grupos de media terem passado para as mãos do Estado, o líder do Sindicato dos Jornalistas continua expectante com a privatização prevista para o próximo ano.

Teixeira Cândido fala em receios. "Coincidências na abordagem e actos de censura" são as suas principais preocupações.

A Tv Zimbo, a Rádio Mais e o Jornal OPAIS, do Grupo Media Nova, a Tv Palanca e a Rádio Global, do Grupo Interative, foram entregues à Procuradoria-Geral da República (PGR) por alegadamente terem sido constituídos com fundos públicos. A PGR passou a gestão dos meios para o Ministério das Telecomunicações e Comunicação Social.

Teixeira Cândido lembra que a lei de imprensa proíbe o Estado de concentrar órgãos de comunicação social para não ameaçar a pluralidade da informação. Cita recentes "coincidências" na abordagem em duas reportagens de cariz investigativo por parte dos dois canais de televisão e o que a Televisão Pública de Angola (TPA) tem emitido sem passar o contraditório por parte de antigos gestores públicos. "Como se compreende que matérias com tamanha gravidade (reportagem 'O Banquete' da TPA) sobre várias acusações que vão sendo feitas sobre mais variadas figuras que ocuparam cargos públicos não tenham direito ao contraditório?", questiona-se.

O dirigente sindical ressalva, no entanto, ser "ainda cedo para avaliar se o jornalismo angolano ficou mais rico ou mais pobre", mas avisa que "a concentração de órgãos não só ameaça a pluralidade, mas torna reféns os profissionais". "Na medida que quem não puder trabalhar na TPA não poderá eventualmente trabalhar para Tv Zimbo, porque sabem que se rescindirem um contrato com a Zimbo também não poderão trabalhar na TPA", exemplifica.

Já Mariano Brás tem a certeza de que desde sempre foi intenção do Estado ter estes meios sob tutela. "Desde que passaram para a esfera do Estado, a censura aumentou", alerta. Temos assistido a um retrocesso nas linhas editoriais destes meios. O que já existia só aumentou. Temos relatos de colegas neste aspecto"

GOVERNO NÃO APOIA PRIVADOS

Recentemente, o SJA solicitou a intermediação do Estado para a concessão de créditos que seriam pagos com juros bonificados e a canalização de publicidade institucional à imprensa privada, entre outras propostas. Foram ainda propostos a isenção fiscal e incentivos fiscais para ajudar essencialmente os meios privados. Mas o Governo não cedeu às propostas. "São um conjunto de políticas que temos estado a apresentar exactamente para permitir que os jornais não desapareçam todos e ficarmos apenas com o Jornal de Angola. Estamos a correr este risco", adverte Teixeira Cândido.

Apesar de o Governo respondido, o sindicato promete não cruzar os braços e pretende "continuar a gritar", sendo que não tem "outra alternativa", já que não pede "dinheiro", mas apenas a regulamentação da lei de imprensa. Teixeira Cândido compara os incentivos que foram dados em alguns países por causa da pandemia, dando como exemplo, em Portugal.

PUBLICIDADE EM QUEDA

A publicidade também tem Estado em quedas acentuadas. O SJA estima que o mercado actual ascenda os 14 mil milhões de kwanzas quando já tinha chegado, a alguns anos, a mais 500 mil milhões de kwanzas. Este número é baseado em cálculos dos anúncios difundidos pelas rádios, jornais ou televisões que não significam necessariamente encaixe financeiro porque há conteúdos da administração directa do Estado que não pagam. Hoje, com este mercado, assegura Teixeira Cândido, "não é possível sobreviver".

Economia/política

Segundo mandato de Angola como presidente da OPEP inicia em 2021

ALERTA O EMPRESÁRIO PEDRO GODINHO

Angola na presidência da OPEP é "uma armadilha"

PETRÓLEO. País assume, pela segunda vez, a presidência do 'cartel' desde a sua adesão em 2006. Especialista alerta para a obrigatoriedade de Angola cumprir religiosamente os acordos de cortes na produção.

Por Fernando Francisco

Angola foi eleita, nesta segunda-feira, 30, presidente da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) no âmbito da rotatividade da presidência da organização e o empresário Pedro Godinho considera tratar-se de "uma armadilha" e "mais um passo para a sepultura" do país, apesar de os angolanos "se regozijarem".

"A presidência estava prevista há mais de um ano porque é rotativa, mas todos os estados-membros estão ávidos por ser presidentes. Angola, de uma forma avisada e pensando no povo, poderia renunciar e aproveitar para, nas melhores hipóteses, suspender. Esta é a armadilha que vai levar Angola para o cadafalso."

Pedro Godinho justifica a sua preocupação com a obrigação que Angola, nesta condição de presidente, terá quanto ao cumprimento dos acordos. "Porque é um dos papéis do Estado Presidente, ser o primeiro a cumprir e perseguir os que não cumprem", lembra Godinho, referindo-se aos acordos de cortes na produção.

O mandato do país começa em 2021, ou seja, ainda na vigência do acordo alcançado em Abril e que entrou em vigor em Maio. Angola violou as quotas previstas nos dois primeiros meses, em que deveria produzir 1.180 mil barris por dia, tendo produzido, entretanto, sempre acima desta cifra.

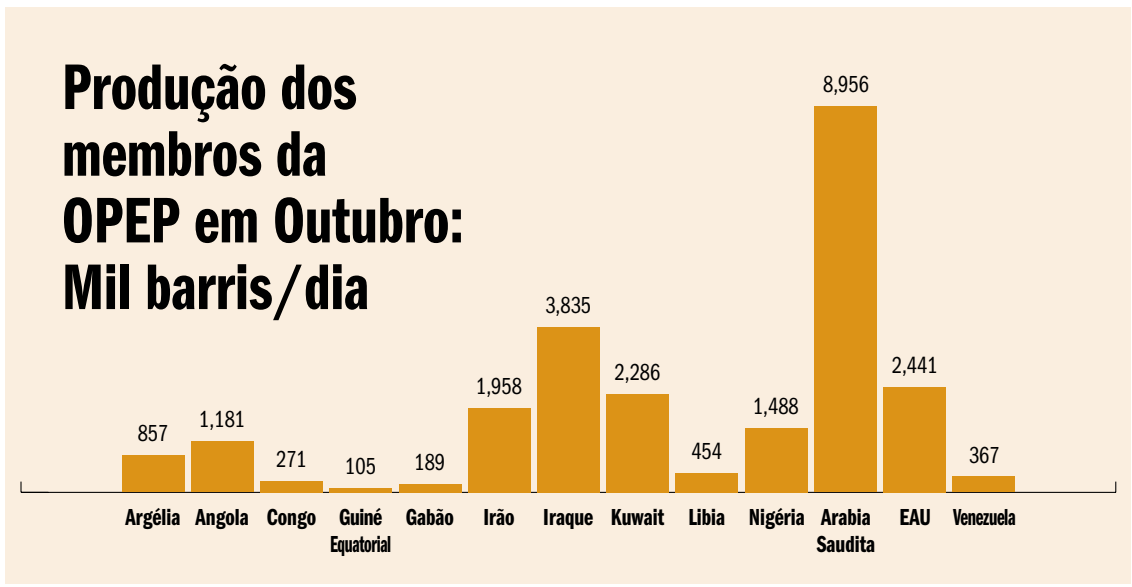
Em Julho, voltou a violar o acordo, ao produzir 1.275 mil barris/dias, quando, para o período Julho/Dezembro, a quota atribuída é de 1.249 mil bpd. Angola só passaria a cumprir o acordo nos últimos meses, produzindo ligeiramente abaixo da quota, justamente para compensar o incumprimento dos primeiros meses.

Conhecido defensor da "saída de Angola da OPEP ou, pelo menos, da suspensão da presença do país no cartel, Pedro Godinho reforça que "Angola perde muitos milhões como membro" e que está a "levar às costas" o Brasil, China, Canadá, Estados Unidos e tantos outros países. "Porque, como não são membros, não são obrigados a cortar e aguardam apenas pelos cortes da OPEP", justifica.

"Se perguntarmos ao ministro a vantagem de se estar na OPEP, a única resposta que nos dão é que Angola é um produtor de petróleo e tem de estar envolvida na organização, nada mais", ironiza, reforçando que "não há vantagem nenhuma" em ser-se membro, sobretudo "agora que há uma guerra mundial contra o petróleo", prevendo quedas nos próximos tempos.

Referindo-se à possibilidade apresentada pelo Ministério das Finanças de Angola sair de algumas instituições financeiras, por razões de custos (cerca de 100 milhões de dólares por ano), Godinho insiste que essa deveria ter a mesma postura em relação à OPEP.

Angola já liderou a OPEP em 2009, dois anos depois de aderir à organização, tendo sido presidente, na altura, o então ministro dos Petróleos, Desidério Costa, que foi coadjuvado pelo então ministro de Minas e Energia do Equador, Galo Chiriboga.



Mercados & Negócios

AGT DEFENDE-SE E APONTA ERROS DA EMPRESA

Salineira acusa AGT de cobrança injusta

TRIBUTAÇÃO. Maior produtor de sal no Namibe acusa técnicos da AGT de obrigar a empresa a pagar 13 milhões de kwanzas por "excesso de zelo". E avisa que preço do sal vai subir para compensar custos imprevistos.

Por Júlio Gomes

A salineira Saldosol, sediada no Namibe, queixa-se de ter sido injustiçada pela 5.ª Região da Administração Geral Tributária (AGT) por falhas na classificação de uma importação de películas de plástico, usadas para o empacotamento do sal.

Fernando Solinho, proprietário da salineira, diz que a empresa, no "esforço de produzir com qualidade", viu-se frustrada perante uma decisão da AGT, que a força a pagar mais de 13 milhões de kwanzas, salientando que estão a ser "penalizados por excesso de zelo".

As películas foram importadas há mais de três anos,"o que significa que a matéria-prima em causa já foi totalmente comercializada". Agora a empresa avisa que, por causa da penalização, será obrigada a aumentar o preço do sal na ordem de 15%, "para recuperar essa despesa que não faz parte dos custos operacionais previstos".

O maior produtor de sal do Namibe reclama ainda do facto de os técnicos da AGT, "com frieza e indiferença", não terem analisado, sequer, que a empresa não classifica as suas importações, já que "essa tarefa é de exclusiva responsabilidade do despachante e dos executivos da AGT que reanalisam as classificações bem como fiscalizam a chegada da mercadoria com simulada vistoria".

Contactado pelo VALOR, José Sikuete Viagem, director regional da 5.ª Região Tributária, esclarece que o problema resulta de uma falha do importador e não da AGT. E acrescenta que, além dos 13 milhões que deviam ser pagos por altura da chegada da mercadoria ao país, a administração tributária vai acrescer uma multa por erro do despachante oficial. Viagem não avançou os valores da multa por se tratar de um processo "ainda em curso na área técnica", mas garantiu que, a seu tempo, será levado ao conhecimento do importador.

A AGT explica que a mercadoria foi importada em 2017, num processo que "correu normalmente". Entretanto, o próprio importador viria a chamar o despachante por este ter falhado na verificação da pauta aduaneira para conformar a mercadoria. Por isso, insiste, "mesmo que a mercadoria fosse taxada naquela altura em que chegou ao país, pagaria o mesmo valor que hoje", com a particularidade de o Estado "perder dinheiro", face à depreciação do câmbio.

Socorrendo-se da Lei, Sikuete alerta que, "nestes casos, o importador, a quem a lei confere a disposição jurídica da mercadoria, é que deve ser responsabilizado a pagar todos os direitos", para depois reclamar as irregularidades junto do seu despachante. "O importador é sempre responsável pelos actos do despachante", insistiu Sikuete, avançando que "a Saldosol só está a pagar agora o que devia pagar antes". "Aliás, se a mercadoria tivesse sido bem classificada, não estaríamos nessa correria", repara o responsável da AGT, precisando que, na correcção, não se incluiu a multa que deve ser calculada no cartório, frisando que, "quando o processo sair do cartório, o importador terá de se entender com o despachante". O gestor aduaneiro indicou que "a lei também protege o importador", e reconhece assim que "faz sentido a reclamação do empresário Fernando Solinho".

Mário Mujetes © VE

Massano Júnior, governador do BNA

NO ÂMBITO DO PRODESI

BNA mantém taxa básica de juro em 15,5%

O Comité de Política Monetária do Banco Nacional de Angola (CPM), reunido a 27 de Novembro, decidiu manter todas as taxas e coeficientes, face às decisões do último encontro, realizado na última semana de Setembro.

Assim, mantém a taxa básica de juro em 15,5%; enquanto o coeficiente das reservas obrigatórias em moeda nacional em 22% e o coeficiente das reservas obrigatórias em moeda estrangeira em 17%.

Por outro lado, manteve a taxa de juro da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez em 15,5%; a taxa de juro da Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez, com maturidade de sete dias, em 7%, e a taxa de juro da facilidade permanente de absorção de liquidez, com maturidade overnight, em 0%. A taxa de custódia sobre o excesso de liquidez dos bancos comerciais manteve-se em 0,1%.

Por outro lado, o Comité manteve a "previsão de 25% de inflação para o presente exercício económico", prometendo continuar "a monitorar todos os factores monetários determinantes da inflação".

"No mercado monetário, o CPM avaliou os actuais níveis de liquidez do sistema bancário, constatando que se encontram relativamente dentro dos limites pretendidos; bem como os impactos da implementação da taxa de custódia, a qual tem contribuído para a redução da taxa LUIBOR Overnight. No entanto, é de extrema importância continuar a monitorar a liquidez do mercado no sentido de conter os efeitos sazonais da quadra festiva que se avizinha e manter a base monetária, variável operacional da política monetária, dentro da previsão efectuada para o ano em curso e o alcance do objectivo de inflação de 25% em 2020", justificou as decisões, lembrando que "a taxa de inflação acumulada até Outubro do ano corrente se fixou em 20,18%, enquanto a taxa de inflação homóloga foi de 24,34%, face aos 23,82% do mês anterior".

DE JURE

Nicolas Sarcozy, antigo presidente de França.

PROCESSO POR CORRUPÇÃO DE NICOLAS SARKOZY RETOMA HOJE

Ex-presidente francês nega qualquer irregularidade

JULGAMENTO. Para a acusação, Sarkozy e advogado usaram, em 2014, telemóveis secretos para terem conversas privadas, já que receavam que as conversas estivessem a ser escutadas.

O julgamento do antigo presidente de França Nicolas Sarkozy, acusado de corrupção e tráfico de influências na sequência de um escândalo que envolveu escutas telefónicas, começou há precisamente uma semana no Tribunal Criminal de Paris, mas foi adiado pouco depois.

A decisão do tribunal foi tomada na sequência do pedido dos advogados de um dos réus, o juiz Gilbert Azibert, que alegaram o estado de saúde muito precário do arguido, tendo o presidente do tribunal ordenado um exame médico que, entretanto, foi entregue.

O ex-presidente, de 65 anos, vai ser julgado em conjunto com o advogado Thierry Herzog, também de 65 anos, e com o juiz Gilbert Azibert, podendo ser condenados a uma pena suspensa de prisão de até 10 anos e a uma multa de até um milhão de euros. Os três acusados negam qualquer irregularidade.

MEMORIZE

● **Nome de Sarkozy** apareceu, durante anos, ligado a várias investigações judiciais, com alegações que incluíram financiamento ilegal da campanha de 2007.

Sarkozy e Herzog são suspeitos de prometer a Azibert um emprego no Mónaco em troca de informações sobre uma investigação ao financiamento ilegal da campanha presidencial de 2007 pela mulher mais rica da França, a herdeira da L'Oreal Liliane Bettencourt.

De acordo com a acusação, Sarkozy e Herzog usaram, em 2014, telemóveis secretos, registados sob o pseudónimo 'Paul Bismuth', para terem conversas privadas, já que receavam que as conversas estivessem a ser escutadas.

Sarkozy e Herzog explicaram que compraram os telefones para evitar serem alvo de escutas telefónicas ilegais, mas os investigadores suspeitam que o que realmente queriam era evitar ser gravados, até porque as conversas sugeriam que ambos sabiam que os telefones oficiais estavam a ser escutados.

Sarkozy argumentou, entretanto, que nunca interveio para ajudar Azibert, que nunca chegou a ir trabalhar para o Mónaco, tendo-se reformado em 2014.

No entanto, o tribunal considerou que assim que um negócio é oferecido, constitui infracção penal, mesmo que as promessas não sejam cumpridas.

O nome de Sarkozy apareceu, durante anos, ligado a várias outras investigações judiciais, com alegações que incluíram financiamento ilegal da campanha de 2007 pelo então presidente líbio, Muammar Kadhafi, e que lançaram uma sombra sobre a tentativa de regresso de Sarkozy nas eleições presidenciais de 2017, não tendo sido escolhido como candidato pelo partido e acabando por se retirar da política activa.

LUANDA

Reabertura do Tribunal da Relação ainda sem data

As obras das instalações onde vai funcionar o Tribunal da Relação de Luanda continuam em curso, mas sem uma data definida para a inauguração, informou o ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Francisco Queiroz.

"A obra continua em curso, ainda não temos uma previsão certa, mas o nosso desejo era que ainda este ano pudéssemos inaugurar, talvez em Dezembro", indicou o ministro, que avançou que as questões orçamentais estão igualmente em curso e há orientações concretas para as obras andarem.

Os Tribunais da Relação são tribunais de segunda instância, com competência para julgar recursos de decisões dos tribunais de Comarca e visam conferir maior celeridade aos processos e desafogar o Tribunal Supremo, que antes analisava os recursos de todos os tribunais provinciais.

Inicialmente estava prevista, para este ano, a inauguração dos Tribunais da Relação de Luanda e Benguela, no quadro do novo mapa judiciário, que prevê cinco tribunais da Relação. O atraso nas obras de Luanda levou o Conselho Superior da Magistratura Judicial a priorizar as Relações da Huíla e Benguela, inaugurados no dias 9 e 10 de Outubro, respectivamente.

Gestão

Lojistas reportam menos de 52% de clientes, quebrando a tendencia dos últimos anos

ABERTURA DAS COMPRAS DE NATAL

Black Friday esmagado pelo Covid 19

PROMOÇÃO. O fenómeno que habituou o mundo ocidental a imagens de filas e amontoados de gente desejosa por comprar a desconto registou imagens muito diferentes neste ano muito diferente.

Por Redacção

Em 2020 nada ou muito pouco foi o mesmo e a esperança dos gigantes do comércio mundial no Black Friday como o pico de vendas a nível mundial, não deixou também de frustrar espectativas. Os lojistas já reportam menos 52% de clientes e o saldo total ainda não foi apurado.

No ano passado, o dia de saldos que tradicionalmente representa a abertura da época de compras de Natal, e que os retalhistas aproveitam para atrair milhões de clientes com promoções e descontos de vários tipos, rendeu perto de 12 mil milhões de USD nos EUA e perto de 7 mil milhões de libras no Reino Unido que lidera as compras europeias. Um aumento de 19% em relação a 2018.

As imagens de filas às cinco da manhã à porta de lojas de departamento como os Harrods na Inglaterra ou o Macy's nos EUA são icónicas de um dia que todos os anos vê tumultos entre clientes que açambarcam produtos e lutam entre si pelos melhores descontos. Imagens que têm tido impacto na redução das compras presenciais para favorecer as compras online que aproveitam as mesmas promoções sem os ajustamentos físicos. No ano passado, dos perto de 12 mil milhões de USD gerados nos dois dias em que decorrem as promoções do Black Friday 7.4 mil milhões foram facturados em vendas online. As vendas via telemóvel registaram aumentos de 35% e o e-commerce aumentou 65% em relação ao ano anterior. Este ano as vendas online cresceram mais de 21% para os nove mil milhões de USD.

Já no ano passado as visitas presenciais a lojas durante o tradicional Black Friday viram um recuo de 6.2% antes do Covid 19 vir desaconselhar visitas a espaços fechados desnecessárias por receio de contágio. Muitos grandes grupos desdobraram as promoções do Black Friday para mais dois ou três dias evitando assim ajuntamentos desaconselháveis e uma outra tendência que aumentou durante este ano e que já se fazia sentir é também a das compras por proximidade e nos pequenos retalhistas num incentivo aos pequenos produtores e lojistas em detrimento das grandes superfícies e grandes grupos. Esta tendência registou este ano um aumento de perto de 40%.

A liderar as vendas deste Black Friday estiveram as consolas de jogos, os smartphones e as Televisões.

O dia acção de Graças nos EUA, um dia de compras que tradicionalmente movimenta perto de 85 milhões de pessoas só nos EUA tem as suas origens em 1952 e foi adoptado como o dia de compras por excelência a nível mundial.

(In)formalizando

NO ÂMBITO DO PRODESI

Metade de créditos aprovados em mais de mil pedidos

Um relatório divulgado pelo Ministério da Economia e Planeamento contabiliza que, dos 1.018 pedidos de crédito submetidos neste ano à banca comercial e ao Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), no âmbito do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (Prodesi), pelo menos 512 foram aprovados, uma taxa de sucesso de 50,29%.

Segundo o documento, que fixa em 214 os processos em negociação, a agricultura é o sector que tem mais projectos aprovados com um total de 217, seguido do Comércio e Distribuição, com 159; Indústria transformadora, com 54; Indústria Alimentar e Bebidas, com 35; Pecuária, com 20; Aquicultura, com 12; Pesca Marítima, com 10, e a Pesca Continental, com 5.

Com uma verba aprovada de mais de 426 mil milhões de kwanzas, entre as 24 unidades bancárias que apoiam o programa, o BDA é o que mais pedidos aprovou, num total de 367, seguido do BAI e BIC com 23 cada um. Luanda, Huíla e Bié são as províncias que tiveram o maior número de beneficiários.

ENCERRAMENTO DA FRONTEIRA

Pequenos negócios na Santa Clara à beira da morte

Pequenos comerciantes na zona fronteiriça entre Angola e a Namíbia estão a viver os piores dias desde o início da crise económica nos finais de 2014, com o encerramento da fronteira entre os dois países causada pela pandemia covid-19. A zona, anteriormente muito movimentada por pessoas e bens, encontra-se 'desértica' e é hoje dominada por expatriados, com destaque para os mauritanos e eritreus.

O pequeno comércio está sem clientes e alguns comerciantes optaram por fechar portas. Os que persistem contabilizam perdas de facturação de mais de 90%, contando com clientes que residem na circunscrição. O cenário exemplificativo é o das famosas casas de 'Konicas', de serviço informático, que apenas dependem dos poucos estudantes que se deslocam para fotocopiar matérias escolares.

Fruto da situação angustiante, muitos vendedores informais de diversos produtos foram obrigados a trocar de fonte de sobrevivência. Para quem vendia água engarrafada, refrigerantes ou mesmo refeições, aproveitando o fluxo de pessoas nos dois lados da fronteira, a opção passou a ser a venda de bolinhos pelas ruas ou em negócios mais voltados para um pequeno grupo de consumidores da comunidade até que a situação minimize ou volte à normalidade.

Muitos informais que não acreditam num possível retorno à normalidade, sem residência fixa em Santa Clara, aproveitam o alívio constante no Decreto de Situação de Calamidade quanto à circulação inter-provincial para regressarem às zonas de origem.

EM BUSCA DA AUTO-SUFICIÊNCIA

Mindcom cria indústria de empreendedores

Ministério da Indústria e Comércio está a adoptar medidas para a criação de uma indústria emergente de empreendedores, assegura o secretário de Estado para o Comércio, Amadeu Leitão Nunes.

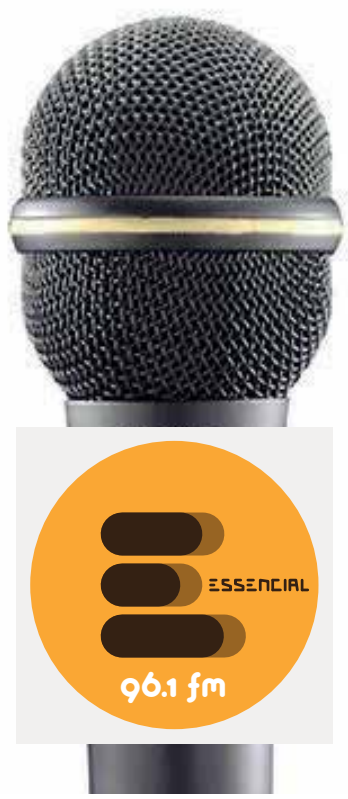
A iniciativa pretende servir de estímulo à política de tornar o país auto-suficiente em bens alimentares e em indústria de bebidas, bem como na produção de embalagens e material plástico. Igualmente, no surgimento de novos focos de distribuição, logística e marketing.

"A pretensão do sector é fazer com que num esforço combinado com outras políticas e programas já definidos pelo governo angolano, possamos cada vez mais incentivar as exportações da indústria bem estabelecida, a promoção da indústria e empresas nascentes", assinala Amadeu Leitão Nunes.

A criação de uma indústria emergente de empreendedores, refere o governante, vai "permitir ao país dar resposta às necessidades dos 1,4 mil milhões de consumidores da Zona de Comércio Livre Continental (ZCLCA)", da qual Angola faz parte.

O QUE É ESSENCIAL NOS DIAS DE HOJE?

96.1 fm



Opiniões

Brasil – A derrota dos extremos

Jonuel Gonçalves, Economista

A segunda volta das eleições presidenciais brasileiras revelam algumas tendências novas e confirmam outras anteriores. Assim, o bolsonarismo e o petismo recuam. No primeiro caso é uma primeira manifestação de tendência, no segundo já vem das municipais de 2016 (poucos meses após o impeachment de Dilma Roussef) e das presidenciais de 2018.

O Presidente Jair Bolsonaro não conseguiu eleger nenhum dos candidatos que nominalmente apoiou e o PT não consegue nenhuma Prefeitura de capital de Estado, perdendo 71 na soma de todo o tipo de município.

Partidos aliados a Bolsonaro, como PP e o PSD, avançaram, porém com nova linguagem e vão tornar-se mais exigentes na atribuição de funções e vantagens para as cidades e estados que dirijam. Ou seja, o Presidente da República pode ficar dependente dos aliados, ao invés do que aconteceu durante o primeiro ano do mandato presidencial. Na base de sustentação presidencial, o partido Republicanos, emanação da Igreja Universal do reino de Deus, ficou num desempenho bastante modesto para as pretensões que tinha e é mesmo esmagado na principal Prefeitura que conquistou em 2016 – a do Rio de Janeiro.

Com o passar do tempo, o governo federal começou a ser percebido pela população como mau gestor e, o inicial negacionismo de Bolsonaro em relação à pandemia, afectou-o muito mais do que julgavam mesmo grandes adversários dele. Isto já obrigou a presidente a dizer que nunca chamou a covid-19 de "gripezinha".

O voto em Bolsonaro para a Presidência foi de facto um voto contra o PT, visto pela maioria do eleitorado como corrupto. Este sentimento parece manter-se, explicando o contínuo recuo do partido de Lula, mas já não é suficiente para manter os mesmos níveis de apoio a Bolsonaro.

A conhecida colunista Thais Oyama, do mais popular site de notícias do Brasil, escreveu que o enfraquecimento do PT é mau para o bolsonarismo que se apresenta como o oposto do petismo e derrota sempre este, mas tem dificuldades com os demais sectores políticos.

A direita e o centro liberais são os vencedores e, movimentações nessas áreas, visam desde já as eleições presidenciais e parlamentares de 2022.

O Prefeito reeleito de São Paulo, Bruno Covas acentuou que no principal colégio eleitoral do país (e maior centro industrial) o eleitorado rejeitou o negacionismo e o obscurantismo dando a vitória à ciência, clara referência de oposição ao Presidente Jair Bolsonaro. No Rio de Janeiro, o vencedor, Eduardo País proclamou o regresso da diversidade e da tolerância. Os dois homens pertencem a partidos diferentes, respectivamente PSDB e Democratas (Dem), porém situados numa confluência que pode ser o eixo principal de aliança centro-direita.

Á esquerda, o governador do Maranhão, Flávio Dino, disse em entrevista que a direita ganhou o confronto coma a esquerda mas, acentuou, o bolsonarismo está fora desse campo vitorioso. Como muitos outros líderes de esquerda fez apela a uma frente de esquerda, na qual é vê papel central para o PT.

Ciro Gomes, líder do PDT, também esquerda, discorda e propõe uma frente de centro esquerda tão ampla quanto possível, sem deixar de criticar duramente o PT. Para ele os derrotados nestas eleições foram "o bolsonarismo e o lulopetismo". Talvez tenha eco em João Campos, do Partido Socialista (PSB), eleito Prefeito do Recife, precisamente contra uma candidata do PT. Estas duas personalidades não aceitam Lula nem o PT como líderes da esquerda.

Ao longo desta semana o Brasil aguarda as medidas económicas que estavam prometidas para depois das eleições pelo Ministro da economia e Finanças, Paulo Guedes. Várias delas com forte incidência social. Por exemplo, o que vai acontecer com a ajuda emergencial a milhões de pessoas para quem tem sido o único recurso de sobrevivência, com alta repercussão no movimento do comércio em geral.

Claro que, como em todo o mundo, o próximo ano será função dos níveis de vacinação alcançáveis e da sua eficácia.

Iniciativa EITI – Transparência, credibilidade e atractividade

Rui Matos, Senior Manager EY, Financial Accounting Advisory Services

Leónido e Gonçalo, Senior Audit EY, Assurance Services

Países ricos em hidrocarbonetos e/ou recursos minerais são considerados países de maior exposição à corrupção e conflito. Geralmente, esta situação está associada a uma falta de transparência na origem e destino dos valores gerados na exploração dos recursos como petróleo, gás e minerais. A Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extractivas (EITI) procura dar essa transparência através de procedimentos definidos num normativo criado para o efeito, com impactos a nível da credibilidade e atractividade do sector. É uma iniciativa voluntária que deverá ser gerida por um secretariado local e apoiada por representantes do Governo, empresas e sociedade civil.

Lançada em 2002, a Iniciativa assistiu, em 2019, ao lançamento de um novo normativo com vista a uma divulgação pública regular ('mainstreaming'), ao invés de publicações anuais de relatórios, cuja informação, por vezes, é recolhida de fontes fechadas. À data, 44 países estão em 'compliance' o que demonstra o interesse por esta iniciativa.

O assumir da relevância desta iniciativa está patente no processo de candidatura em curso do país. Através do Despacho Presidencial nº 117/20, de 1 de Setembro de 2020, o ministro do Mirempet, foi nomeado Presidente do Comité Nacional de Coordenação para a EITI, no qual serão integrados representantes de outros Ministérios, empresas e organizações do sector das indústrias extractivas e da sociedade civil.

A fase de candidatura obriga ao cumprimento de cinco etapas, estando Angola na primeira – 'Compromisso do Governo' (formalizado através de carta enviada, em Setembro de 2020, pelo ministro dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás ao EITI).

É importante salientar que a adesão à EITI confere desafios significativos para Angola, dos quais destacamos i) a publicação regular de pagamentos e recebimentos relacionados com o petróleo, gás e exploração mineral, ii) a realização de auditorias credíveis e independentes, iii) a realização de reconciliações por um administrador credível e independente e iv) a participação activa da sociedade civil no processo.

Desta forma, a implementação da EITI requererá o compromisso político e financeiro por parte do Governo de Angola, como forma de assegurar a eficácia e sustentabilidade da sua adesão. A adopção desta iniciativa é um passo relevante na luta contra a corrupção e no aumento da transparência, dando um sinal claro, interna e externamente, de confiança para os investidores, de credibilidade das instituições e, consequentemente, do reforço do potencial de desenvolvimento do país.

SUMMARY

Países ricos em hidrocarbonetos e/ou recursos minerais são considerados países de maior exposição à corrupção. A Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extractivas (EITI) procura dar essa transparência.

Angola iniciou o processo de candidatura à EITI estando na primeira das cinco etapas previstas 'Compromisso do Governo'. O sucesso da implementação estará no compromisso político e financeiro por parte do Governo, como forma de assegurar a eficácia e sustentabilidade da sua adesão. A adopção desta iniciativa é mais um passo relevante na luta contra a corrupção e no aumento da transparência e, consequentemente, o reforço do potencial de desenvolvimento do país.

TEASER

Os Países ricos em hidrocarbonetos têm maior exposição à corrupção. A adopção de Angola ao EITI procura reforçar a transparência.

> *Mas os 'fundos-abutre' não são os únicos que conseguem ler cuidadosamente os contratos.*

Reestruturar o processo de reestruturação da dívida

Willem H. Buiter, Professor convidado de Políticas Públicas Internacionais na Universidade de Columbia

Anne Sibert, Professora de Economia, Universidade de Londres

O incumprimento da dívida soberana é muito comum. O Equador e a Venezuela já incumpriram dez vezes cada um entre 1800 e 2010 e a Grécia entrou em incumprimento cinco vezes, entre a guerra pela independência (de 1821 a 1830) até 1932. A Rússia, a Ucrânia, o Equador, o Uruguai e a Argentina entraram todos em incumprimento desde 1998.

Já houve tempos em que se usavam os canhões para resolver o incumprimento das dívidas. Por exemplo, depois de a Venezuela ter entrado em incumprimento em 1902, os seus portos foram cercados e bombardeados por potências europeias. Mas estes métodos foram substituídos por reestruturações confusas e frequentemente diferidas da dívida soberana, que provocam dificuldades económicas tanto aos devedores como aos credores. Poucos observadores duvidam que o método actual possa ser imensamente melhorado.

Num passado mais recente, contratos deficientemente concebidos criaram uma abertura para as chamadas 'empresas-abutre' se aproveitarem dos devedores através dos processos de reestruturação. Estas empresas adquiriam as dívidas em situação crítica a preços de saldo, impediam o seu reescalonamento e iam para tribunal a exigir o pleno reembolso, auferindo lucros fantásticos se vencessem a causa.

Num exemplo notável, em 1983, o Peru emitiu dívida, reestruturada em 1996 como 'obrigações Brady' denominadas em dólares. Por ter adquirido uma parte da anterior dívida de 1983, o fundo de investimento especulativo dos EUA, Elliott Management, suspendeu a reestruturação e convenceu os tribunais em Nova Iorque e em Bruxelas de que uma cláusula padronizada 'pari passu' (paridade), no contrato de dívida, significava que o Peru deveria reembolsar a dívida mais antiga nos mesmos termos que as obrigações Brady. Para evitar um novo incumprimento, o Peru foi forçado a pagar ao Elliott o valor integral das suas obrigações incumpridas, acrescido de juros.

Num outro episódio, a Argentina emitiu uma dívida em 1998 que se venceu em 2005, altura em que entrou em incumprimento e foi reprogramada. Na esperança de conservar o acesso aos mercados internacionais de capitais, o país procedeu aos seus pagamentos agendados para a dívida renovada. Mas a NML Capital (uma filial do Elliott) reteve a reprogramação e persuadiu um juiz a sentenciar que, a menos que a Argentina reembolsasse integralmente a NML, não poderia reembolsar mais ninguém. Incapaz de fazer isso, a Argentina voltou a incumprir em 2014.

Considere-se agora a situação de um país hipotético que se tenha endividado na década de 1990, tenha passado por um mau bocado, e não tenha sido capaz de reembolsar a sua dívida já vencida. Os credores oficiais mostraram disponibilidade para lhe conceder empréstimos, mas deixaram bastante claro que os seus empréstimos não poderiam ser usados para pagar a credores anteriores. O país teria de reestruturar a sua dívida, mas o acordo unânime entre os credores era impossível; houve resistências, algumas inadvertidas, mas uma das quais poderia ter sido originada pelo Elliott.

O que é que este país poderia fazer? Se os restantes credores suspeitassem que os resistentes poderiam ser pagos, não seria possível celebrar qualquer acordo; mas se os resistentes não fossem pagos, o país poderia sofrer o mesmo destino que o Peru ou a Argentina. Definitivamente, tudo isto poderia ser evitado se os contratos de dívida soberana contivessem cláusulas de acção colectiva (CAC) mais robustas, que facilitassem as negociações de reestruturação através da vinculação de todos os credores a uma votação por maioria qualificada, evitando desse modo que os resistentes levassem o devedor a tribunal.

Em 2014, no seguimento dos episódios acima descritos, a Associação Internacional de Mercados de Capitais (representante de vários interesses) publicou modelos de contratos com CAC que permitem a reestruturação com base numa única votação e que clarificam a cláusula 'pari passu' para evitar os problemas enfrentados pelo Peru e pela Argentina. A intenção da AIMC consistia em resolver o problema dos resistentes e a sua melhor opção consistiu numa abordagem de membro único, que permite a resolução de várias emissões de dívida com uma única votação por maioria absoluta. Na altura, os governos devedores, o Fundo Monetário Internacional e os credores acataram esta inovação, tornando-a no padrão para novas emissões soberanas (e para todas as emissões soberanas na UE depois de 2022).

Mas os 'fundos-abutre' não são os únicos que conseguem ler cuidadosamente os contratos. Durante as negociações para a reestruturação da dívida que ocorreram este ano, a Argentina usou as novas letras miúdas para encetar uma 'estratégia Pac-Man' (assim chamada em homenagem ao clássico jogo de vídeo, onde o herói do mesmo nome apanha pontos um a um). Enquanto devedor com várias emissões que não conseguia assegurar uma maioria absoluta para um resultado favorável à sua dívida de uma só vez, a Argentina começou por chegar a acordo com os credores que ofereciam termos mais favoráveis. Só depois de fazer isso é que propôs uma votação a todos os credores, melhorando ligeiramente as condições para os credores já acordados e reforçando dessa forma as suas probabilidades de garantir uma maioria absoluta para a totalidade das suas emissões.

Em alternativa, depois da primeira votação, o devedor redefine uma parte suficiente das emissões como não pertencendo à primeira votação para conseguir uma maioria absoluta relativamente às restantes. Chega a acordo com os detentores dessas emissões, oferece-lhes condições ligeiramente melhores e organiza uma nova votação com todas as emissões.

Como poderão estes artifícios ser evitados futuramente? Mesmo que fortaleçamos o enquadramento contratual, os contratos de dívida permanecerão sempre incompletos, com escapatórias que devedores e credores astutos vão encontrar e explorar. Logo, a resolução da dívida soberana exige uma intervenção oficial, na forma de um Mecanismo de Reestruturação de Dívida Soberana (MRDS), um órgão independente que suspenderia pagamentos enquanto ocorressem procedimentos judiciais, que protegeria os devedores de sanções dos credores e que permitiria a obtenção de novos financiamentos por parte dos governos. Também teria de proteger os interesses dos credores, excluindo métodos como as estratégias 'Pac-Man' ou de redefinição. Finalmente, ainda teria de existir um qualquer mecanismo que vinculasse todos os credores assim que uma maioria qualificada de credores aceitasse uma proposta, como a AIMC tentou fazer com as suas minutas de CAC.

Em última análise, não existe uma opção simples entre as regras e a discricionariedade. Precisamos simultaneamente de regras robustas e do recurso final à discricionariedade de um MRDS, que poderia ser gerido pelo FMI, pelo Banco de Pagamentos Internacionais ou por alguma entidade nova criada especificamente para esse efeito. É hora de ultrapassarmos os canhões de uma vez por todas.

Opiniões

E agora pergunto eu...

Geralda Embaló
Directora-Geral Adjunta

A semana que passou foi marcada pelo diálogo do PR com a juventude numa iniciativa a todos os níveis positiva e bem pensada, que tentou, depois dos desaires nas reacções às manifestações, mudar a imagem de um governo repressivo para um que demonstra abertura. E o presidente ouviu de tudo no que toca às ansiedades dos jovens, por entre o ruído das palmas da sua claque. Desde a falta de água à de emprego, à de universidades e laboratórios, de habitação, e, ouviu mesmo sobre o cansaço generalizado com a liderança do MPLA, depois de quase meio século de governo contínuo e de revelar, principalmente nos últimos tempos pela mão do seu próprio presidente, uma imagem de fiasco incompetente e com poucas reservas de moral.

O PR disse que "o MPLA não está cansado", mas os estragos à imagem do seu partido demonstram o contrário, demonstram um partido que dorme nas sessões parlamentares e acorda na hora de levantar o braço para votar como vimos, também na semana passada, em imagens que correram a internet...

O chefe respondeu às questões com o seu estilo do costume, paternalista, militar- boiadeiro (como chamam aos criadores de gado no mesmo Brasil onde dizem "quem é o cara")... Um estilo que revela um pouco do seu historial como produtor agrícola para além de governante, mas faz pouco por estabelecer empatia ou demonstrar carisma e humildade que tanta falta faz aos servidores públicos, particularmente em momentos difíceis como é o que atravessamos. Um estilo que acentua o choque geracional a que assistimos actualmente, num país em que a população jovem é, de longe, maioritária e é também maioritariamente desempregada e sem perspectivas. Apesar dessas dificuldades intrínsecas, o diálogo durou horas e foi salutar, e o chefe tem razão, "não é só criticar".

E uma coisa que de facto fez falta no dito diálogo com os jovens foram soluções, ideias, luzes ao fundo do túnel, projectos concretos para melhorar o futuro. E, a propósito de ideias concretas, nem é preciso inventar a roda, basta olhar para os melhores exemplos e ver os que fazem mais falta à nossa realidade.

No hemisfério desenvolvido, e apesar de a covid-19 assombrar as economias de todos, a Escócia tornou-se notícia também na semana passada por se tornar o primeiro país a providenciar acesso universal a produtos menstruais. Esses produtos vão estar disponíveis sobretudo nas escolas e universidades, e isto num país em que apenas uma em cada 10 meninas não tem condições de os adquirir, e falta à escola pelo menos 1 vez por mês por causa da menstruação. No Quénia, foi aprovado um programa semelhante para as escolas públicas em 2017, porque a "menstruação tem um impacto tremendo no acesso, desempenho e dignidade das meninas, muitas faltam à escola durante as regras".

A este propósito, lembrei-me de um post online de uma colega jornalista e que dizia o seguinte: "Durante os meus primeiros anos do ensino médio, tive colegas que deixavam de ir às aulas por causa da falta de absorventes. Muitas vezes, usavam toalhas recortadas que não davam para duas horas. Eu, muitas vezes, levava absorventes e sempre tiveram um destino. Em Angola, nas escolas públicas, a compra de absorventes deveria fazer parte das despesas mensais para distribuição gratuita. Nem imaginam o bem que estariam a proporcionar às jovens mulheres." Uma ideia, concreta e que poderia fazer a diferença para milhares de jovens particularmente em Angola, onde 35% da população vive em pobreza extrema e 34% em pobreza moderada. E é uma ideia válida, mais ainda se acompanhada de planeamento familiar e aconselhamento para combater a gravidez precoce, porque as vantagens económicas e os benefícios em cascada do investimento nas meninas é matéria de estudos comprovados. Por cada dólar gasto em planeamento familiar os governos poupam em média 6 dólares em serviços públicos como saúde. Por cada ano que as meninas passam na escola, o potencial de receita aumenta 25%. O Banco Mundial estima, por exemplo, que, na Índia, se mais 1% das meninas finalizasse o ensino secundário, o PIB aumentaria em cinco biliões de dólares. Pergunto-me, o que seria em Angola, que até há bem pouco tempo ocupava o segundo lugar da gravidez precoce na África Subsariana? O investimento nas meninas e no incentivo a que fiquem na escola mais tempo traduz-se em menos natalidade (que temos em excesso), menos gente com fome e menos jovens desempregados e descontentes no futuro. E agora pergunto eu, porque é que este tipo de programa não é prioridade orçamental? Será porque o tema não é tão marketizavel, tão vendável quanto o 'empreendedorismo' que anda por aí há tanto tempo a oferecer kits de unhas e de engraxar sapatos com resultados ainda por medir, mas que continuam ano vai, ano vem?

E há mais um incentivo para este investimento no feminino e que foi notícia esta semana e que é o novo índex que mede o tratamento dos governos africanos às meninas e que surge precisamente pelo reconhecimento da necessidade de mudar a realidade das mulheres africanas, para mudar as perspectivas económicas e sociais do continente. Angola está posicionada no vigésimo primeiro lugar num ranking com 52 países em que a realidade dos piores é de uma violência contra as mulheres que é absolutamente castradora de qualquer possibilidade de desenvolvimento. Entre os melhores está Cabo Verde, em 6º; Namíbia, em 7º e a África do Sul, em 3.º, sendo que o mais friendly são as Maurícias. O ranking combina uma leitura da componente legal com a observância do investimento e Angola, a julgar por um ranking sobre a criança africana, sai-se muito bem a nível de regulamentação, porque temos das melhores leis do continente, e depois sai menos bem na prática, em termos de investimento. Continuamos a não priorizar o que é prioridade, como a saúde e a educação, e a despejar dinheiro público em seguranças de Estado e em manter os governantes com condições melhores que a de primeiro mundo para produzirem os resultados de terceiro mundo que continuamos a ter. Continuamos a falar, bem mais do que a fazer bem.

Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te

Para receber o seu VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

Iban: 0051 0000 7172 9933 1512 7

Facebook/Comentários

Edição 236 **Partilhas** 74 **Likes** 461

A edição 236 do Valor Económico alcançou esta semana mais de 160 mil internautas com cerca de 10 mil interacções entre reacções, comentários e partilhas. O destaque foi o regresso da dívida de 800 milhões de USD da Fábrica de Cimento do Kwanza-Sul, associada a Joaquim David, ex-ministro da Indústria, às contas da Sonangol, depois de em 2014 a divida ter sido transferida para o Estado.

Os comentários são seleccionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico. Gralhas e discussões pessoalizadas são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Cláudio Furtado
Quando a Isabel do Santos quis cobrar, os tubarões queriam lhe comer. agora está aí de novo

João Manuel Madeira
Cláudio Furtado
ela não tinha nem nunca teve moral para fazer nada!!!...

Cláudio Furtado
João Manuel Madeira
só tinha autoridade por ser a PCA da Sonangol

Daniela Guerreiro de Lima
João Manuel Madeira
moral? O que tem haver a gestão de uma empresa, com a moral? Que tipo de moral se refere?

Divaldo Cruz
A IS tinha razão, mal gestão desta fábrica, traz grandes prejuízos há Sonangol.

Armindo Monteiro
Viviam a borliu no tempo de JES tudo era de borla sacavam tudo do Estado agora a teta da vaca já não sai leite

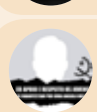
Isaac Costa
Depois dizem que estão à combater roubalheira no círculo neocolonialistas.

Fuhlar Francisco Fuhlar
Você lê um relatório como esse chega sempre a uma conclusão esses gajos já não vão ficar pobre são muitos milhões

Rosario Ernesto Dunn
Todos marimbondos e altamente gatunos

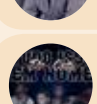
Alcides Kamalonga Uh Capitalista
Que 2022 resolva tudo.

Zano Matai
Roda de semba

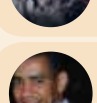


Osvaldo Caetano
Atual preço do cimento ;2800kzs

Ivan Negro
Se calhar pensaram que era uma oferta

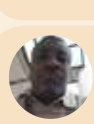


Best Rei
Você só roubaram mesmo milhões!!!!!



Benjamim Lameira
Uma brincadeira com dinheiro alheio. Mereciam a forca. Começo a acreditar na pena capital para crimes de corrupção cada vez que tiram o lixo escondido por de baixo do tapete. Um serial killer merece a forca e mata na sua carreira umas 80 pessoas porque não um corrupto em série que mata milhões a fome?

Chicomba Samukusoka
Assim o país não vai a lado nenhum mesmo!
Geralda Fatima Embalo enviou a mensagem: Hoje às 19:15



Leonel Silva
Triste

Covid-19

NOVAS MEDIDAS

Itália mantém restrições no Natal

O ministro dos Assuntos Regionais italiano anunciou que o recolher obrigatório se vai manter durante o Natal e Ano Novo e que o governo aprovou um novo plano de apoio à economia devido à covid-19.

Francesco Boccia questionou se era necessário comemorar a época festiva com a pandemia. "É necessário comemorar o Ano Novo? Celebramos em casa. Se decidimos que há recolher obrigatório, então fica-se em casa independentemente do que houver. É preciso fazer isso", apontou, reiterando que não vai haver excepção ao recolher obrigatório no Natal e Ano Novo, em entrevista ao canal de televisão Rainews.

Boccia explicou que se encontra em fase de finalização o novo decreto que vai estabelecer o regulamento anti-contágio para Dezembro e declarou que dificilmente as medidas vão ser flexibilizadas. "Acho que ninguém quer uma terceira vaga e, para evitá-la, é preciso continuar com rigor e distanciamento social. É difícil que haja relaxamento das regras", acrescentou.

Sobre o plano de ajuda, o quarto desde que a pandemia fechou a terceira maior economia da zona euro em Março, representa oito mil milhões de euros e permite adiar o pagamento de impostos para empresas que actuam em áreas que sofreram as medidas de contenção mais severas.

DEPOIS DE ACÇÃO DE GRAÇAS

Epidemiologista americano prevê aumento de casos

O epidemiologista norte-americano Anthony Fauci alertou para um forte aumento do número de contaminações por covid-19, após o feriado de Acção de Graças, marcado pelo movimento de milhões de pessoas em todo o país.

O director do instituto norte-americano de Alergias e Doenças Infecciosas, Anthony Fauci, em declarações ao canal de televisão ABC, diz que, "em duas ou três semanas, poderemos assistir a uma explosão de casos" de novas contaminações por coronavírus.

Segundo a agência de notícias France-Presse (AFP), pelo menos 1,1 milhão de pessoas voaram para os Estados Unidos na véspera do feriado de Acção de Graças, um recorde desde que a pandemia chegou ao país em Março, de acordo com dados da agência TSA, responsável pelas verificações de segurança nos aeroportos.

"Este fim-de-semana, com todas aquelas viagens, é realmente preocupante para nós", disse o secretário adjunto da Saúde, Brett Giroir, em declarações à CNN. "As hospitalizações estão, actualmente, a chegar a um pico de quase 95.000. Cerca de 20% dos pacientes nos hospitais têm covid-19, então é um momento muito perigoso", acrescentou o responsável.

As hospitalizações devido à covid-19 aumentaram em 46 estados americanos, como Nevada, Ohio e Pensilvânia, segundo dados do Washington Post.

O país, que conta o maior número de mortos causados pelo novo coronavírus (266.074), ultrapassou o limiar dos 13 milhões de casos na sexta-feira, segundo a contagem da Universidade Johns Hopkins, que é a referência.

POR CAUSA DA PANDEMIA

Madrid volta a ser palco de manifestações

Milhares de pessoas marcharam em Madrid, em defesa do sistema público de saúde e contra a construção do novo hospital de emergência Isabel Zendal, considerando que a cidade precisa de mais meios humanos e menos de instalações físicas.

Empunhando cartazes clamando por "100% saúde pública", os manifestantes marcharam ao ritmo de tambores pelas ruas da capital espanhola, respondendo ao apelo da plataforma "Maré Branca" (Marea Blanca), que reúne várias organizações profissionais.

Eram quase 10.000 manifestantes, de acordo com os organizadores, e mais de 2.000, segundo as autoridades de Madrid.

De acordo com agências e a imprensa local, manifestantes defenderam, em particular, a preservação do sistema público de saúde, gerido pela região de Madrid, criticada pela falta de investimento, num dos epicentros da epidemia em Espanha.

Uma enfermeira, Lara García, protestou contra o peso de "funcionários em tempo parcial" e os "salários mais baixos do que noutras regiões [para não falar] noutros países".

A manifestação acontece dois dias antes da inauguração do hospital pandémico de Madrid, construído em poucos meses pela região para aliviar o congestionamento nos hospitais da capital.

Muitos temem, porém, que esse novo estabelecimento, que pode acomodar até mil pacientes, capte recursos alocados para outros hospitais, em especial para o pessoal de saúde. "O novo hospital é uma fraude absoluta para Madrid e para o povo de Madrid. Não é absolutamente necessário (...). Madrid tem leitos suficientes que poderiam ter sido usados", declarou a ex-enfermeira reformada Leonor Vallejo, de 67 anos.

Segundo o jornal espanhol El Diario, os representantes dos 13 sindicatos e associações que convocaram o protesto exigem o aumento da contratação de pessoal de saúde, e criticam a construção do hospital Isabel Zendal.

O NÚMERO DE SUICÍDIOS no Japão em outubro foi superior ao número de mortes por covid-19 desde o início da pandemia. Segundo os dados oficiais do governo, foram registados 2153 suicídios no mês passado, sendo que o número de mortes por causa do novo coronavírus chegou aos 2087 na última sexta-feira.

PARA FEVEREIRO DE 2021

Boris Johnson anuncia fim de novas medidas

O primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, prometeu levantar, em Fevereiro, as novas restrições contra a pandemia que deverão entrar em vigor nesta quarta-feira, segundo uma carta enviada aos contestatários.

De acordo com a agência EFE, que cita 'media' britânicos, Boris Johnson escreveu aos deputados do seu partido que contestam o novo sistema de restrições para tentar evitar o chumbo da proposta.

Cerca de 80 deputados conservadores rejeitam o polémico plano do governo para impor medidas restritivas às diferentes áreas do país segundo três níveis de risco (médio, alto e muito alto), tendo como base a incidência da covid-19.

A proposta vai ser discutida e votada no parlamento britânico na terça-feira.

A pandemia de covid-19 provocou já 57.551 mortos no Reino Unido, em mais de 1,6 milhões de casos de infecção com o novo coronavírus detectado há cerca de um ano, na China.

BORNITO DE SOUSA, VICE-PRESIDENTE

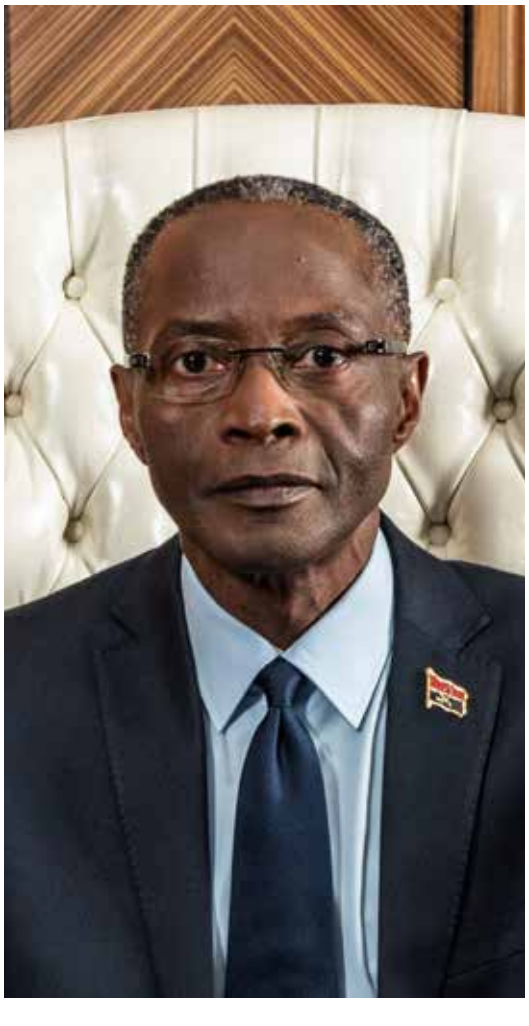
Pandemia condiciona cooperação entre Angola e São Tomé

O vice-Presidente da República declarou que a cooperação entre Angola e São Tomé está "condicionada" pela pandemia da covid-19, garantindo que, "logo que haja condições", será implementado "um conjunto de programas" que vão reforçar essa relação.

Bornito de Sousa, que se deslocou à capital são-tomense para participar no funeral do antigo vice-presidente do parlamento são-tomense, Alcino Pinto, foi portador de uma mensagem do Presidente da República, João Lourenço, ao homólogo são-tomense, Evaristo Carvalho.

Bornito de Sousa destacou as relações exteriores, o sector energético e o transporte aéreo como as áreas onde se destaca a cooperação entre Luanda e São Tomé.

O vice-Presidente de Angola teve encontros com o primeiro-ministro, Jorge Bom Jesus, e com o presidente da Assembleia Nacional, Delfim Neves, e foi recebido em audiência pelo presidente são-tomense.



AFIRMA ALVES DA ROCHA

Pandemia e crise económica criam "tempestade perfeita"

A crise provocada pela pandemia da covid-19 associada à crise económica, que já afectava Angola, criou uma "tempestade perfeita" que vai atrasar a recuperação do país, afirmou o presidente do Conselho Económico e Social.

De acordo com Alves da Rocha, "infelizmente, para nós angolanos, parece que está criada a tempestade perfeita, uma crise económica que se associou agora a uma crise pandémica", disse na abertura do Fórum Angola organizado pelo Instituto Real de Relações Internacionais Chatham House.

De acordo com as projecções até 2025-2026, segundo o académico, "a retoma vai demorar, (…) com taxas de crescimento do PIB [Produto Interno Bruto] baixas, embora positivas".

Segundo um estudo feito em Abril pelo Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola, do qual Alves da Rocha é director, o PIB vai contrair 6,8% em 2020.

Se estas previsões forem projectadas para a área social, o académico antevê uma "regressão social" reflectida pela diminuição do PIB [anual] por habitante, indicador que prevê que vá descer para 1.700 dólares (1.437 euros), contra 5.600 dólares (4.735 euros) em 2014.

"Estou bastante apreensivo quanto à situação económica e social no meu país e às suas repercussões do ponto de vista político, e quando é que vamos conseguir inverter esta dinâmica negativa de crescimento do PIB. Já houve oportunidades de o fazermos, mas perdemos essas oportunidades", lamentou.

Marcas & Estilos

Extremamente resistente

Este material de caixa de óculos é extremamente resistente, super leve e com propriedades anti-microbianas para proteger os seus óculos de arranhões e choques.

Decorações ousadas

Esta peça decorativa de ouro adiciona um toque elegante e ousado à decoração da sua sala de estar ou quarto e perfuma instantaneamente a sua casa.

AUTOMÓVEL

Configuração inédita

A Hyundai também se antecipou e mostrou a nova cara do i30, um estilo médio que faz sucesso em Angola.

A grade hexagonal, com as extremidades alargadas está ali, mas forma um conjunto bem mais agradável, com faróis pontiagudos. A traseira mudou, com as lanternas preservando o formato anterior, mas trazendo uma nova disposição das luzes.

O i30 conta com três opções de conjunto híbrido leve. Utilizam um gerador de 48V combinado ao motor a combustão, que pode ser o 1.0 turbo de 120 cavalos a gasolina, ou um 1.6 de 136 cavalos a diesel. A terceira configuração é inédita, e traz um propulsor 1.5 de 160 cavalos. Em todos os casos, a mudança é de dupla embriagam e sete mudanças.

AGENDA

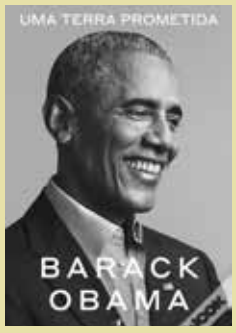
LUANDA

ATÉ 21 DEZEMBRO
A galeria ELA – Espaço Luanda Arte participa na feira internacional de arte online. A galeria apresenta uma exposição individual do artista angolano Francisco Vidal. A mostra é uma homenagem do pintor à cineasta africana Sarah Maldoror.

ATÉ 6 DE DEZEMBRO
7.ª Edição do Angola Restaurant Week. O evento é promovido pelo Luanda Nightlife e tem como objectivo promover a cultura gastronómica nacional.

ATÉ 4 DE DEZEMBRO
Curso Literário de Autores Afro-brasileiros via online, e está a ser ministrado pela professora Vanussa de Melo. O curso vai decorrer às segundas e quintas-feiras, entre as 13 e as 15 horas. Para inscrições, ligue 931 217 914.

LIVROS



EM UMA TERRA PROMETIDA, Barack Obama narra, na primeira pessoa, a história da sua improvável odisseia, de jovem em busca da própria identidade a líder do mundo livre, descrevendo com uma minúcia extraordinariamente pessoal quer a sua educação política quer os marcos do primeiro mandato da sua histórica presidência – um tempo de dramática transformação e turbulência.

UM LIVRO QUE NOS AJUDA A VIAJAR até dentro de nós mesmos, rumo ao auto-conhecimento. Descomplicar a Mente leva-nos a reflectir sobre aquilo que pensamos, que sentimos e que fazemos.

TURISMO

Um destino aconchegante

Fundada como um forte a 15 de Agosto de 1537, a capital do Paraguai, Assunção, conhecida como a 'Mãe das Cidades', está assente sobre um terreno ondulado, cercado pelas sete colinas que, de alguma maneira, imprimem as diferenças entre os diferentes bairros.

Com uma arquitectura colonial preservada, Assunção faz parte do roteiro turístico da América Latina, mantendo as marcas da construção de um continente livre da metrópole europeia.

A culinária paraguaia é muito rica e formada, basicamente, por pratos de origem indígena. Há a chipa (bolinho feito com farinha, polvilho e queijo), a sopa paraguaia ou a chipaguazú, feita com milho fresco em grão.

O La Riviera é aparthotel totalmente equipado, com um belo jardim e Wifi gratuito. Os bares e restaurantes do Paseo Carmelitas estão a 15 minutos de caminhada. A Plaza de los Héroes (praça) e o mausoléu também estão próximos. Os apartamentos apresentam uma decoração minimalista e aconchegante.

Ambiente

NO ACORDO DE PARIS SOBRE AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

ONU está na "melhor posição" para ajudar reentrada dos EUA

CLIMA. Presidente eleito dos EUA já declarou a vontade em retornar ao Acordo de Paris, que é um tratado elaborado em 2015 no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, que rege as medidas de redução de emissão dos gases do efeito estufa.

As Nações Unidas acreditam que estão "na melhor posição para ajudar" a acelerar a reentrada dos Estados Unidos no Acordo de Paris, afirmou a secretária executiva das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas.

Numa entrevista à agência de notícias EFE, a diplomata mexicana Patricia Espinosa garantiu que, se o próximo presidente norte-americano, Joe Biden, quiser, os Estados Unidos podem estar mais uma vez no maior tratado internacional de combate ao aquecimento global até ao final de Fevereiro.

Joe Biden já declarou a vontade em retornar ao Acordo de Paris, que é um tratado elaborado em 2015 no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC), que rege as medidas de redução de emissão dos gases do efeito estufa.

Para isso, os Estados Unidos deveriam solicitar oficialmente a reentrada assim que Biden assumir o cargo, no dia 20 de Janeiro, e o pedido seria efectivado pelo menos em 30 dias.

No entanto, isso implica "cumprir as obrigações" nos termos do Acordo de Paris sobre a redução de emissões de dióxido de carbono e a actualização dos compromissos ambientais, lembrou a secretária executiva da ONU.

"Vamos trabalhar com o novo governo [dos Estados Unidos da América] para dar os sinais de liderança de que precisamos", enfatizou Espinosa.

Esse impulso é necessário depois da desaceleração que a pandemia do novo coronavírus significou para o combate ao aquecimento global, cujo efeito mais perceptível foi o adiamento para o próximo ano da cimeira do clima (COP26), que deveria ser realizada este ano em Glasgow, na Escócia.

Apesar das dificuldades e do anúncio de "alguns países" de que vão "atrasar um pouco" os programas de combate ao aquecimento global devido à pandemia, Espinosa considerou que a comunidade internacional "tem andado bastante bem" e até destacou "sinais positivos".

Espinosa apontou, por exemplo, para o novo acordo verde da União Europeia (UE) para alcançar a neutralidade climática em 2050 e o anúncio na mesma direcção pela China, embora até 2060.

Uma "demonstração fundamental de liderança num momento em que precisamos", referiu Patrícia Espinosa.

MEMORIZE

- **Os Estados Unidos** retiraram-se, a 04 de Novembro, formalmente do Acordo de Paris, tornando-se no primeiro país do mundo a abandonar o pacto climático internacional firmado há cinco anos para controlar as emissões que causam o aquecimento global. Donald Trump notificou a ONU sobre o início do processo de retirada há exactamente um ano.

Outro elemento positivo, referiu a secretária executiva, é "a maior ênfase na importância de incorporar em todos os programas de recuperação desta crise o elemento da sustentabilidade como um dos eixos centrais".

"Acredito que esta pandemia está a colocar-nos num divisor de águas histórico, onde os líderes de hoje têm a oportunidade de aproveitar essa situação inédita para reformular, repensar e relançar processos para que o mundo do século XXI seja um mundo que caminha para um melhor futuro", declarou Espinosa.

Para Patricia Espinosa, esta "inesperada mobilização de recursos" que os programas de reconstrução implicam pode ser "uma força muito positiva" no combate ao aquecimento global, embora seja fundamental que a recuperação não se concentre exclusivamente nos países ricos e deixe outros de lado, porque o clima é um desafio global onde "não há fronteiras".

"A recuperação deve incluir esse elemento de cooperação e solidariedade internacional", acrescentou.

Pesando as dificuldades e oportunidades que a crise do novo coronavírus trouxe para o combate à crise climática, Espinosa mostrou-se optimista quanto às reais opções de conter o aquecimento global antes de atingir o patamar de dois graus, a partir do qual os cientistas consideram que os danos seriam muito graves.

No entanto, Patricia Espinosa avisou: "O sucesso não acontecerá espontaneamente. É preciso muito trabalho. Não há tempo a perder, temos que nos colocar a trabalhar ontem".

O presidente americano anunciou há mais de três anos a intenção de deixar o acordo.

Mário Mujetes © VE

NÚMEROS DA SEMANA

8,3

Mil milhões de kwanzas Serão canalizados para assegurar a limpeza e saneamento de Luanda, segundo a proposta do OGE para 2021.

900

Milhões de kwanzas Facturação prevista pela empresa detentora do sistema de pagamentos 'AKI' até final deste ano, segundo o director-geral da sociedade, Denivaldo Neto.

8

Mil milhões de kwanzas Custo da actualização do registo eleitoral, segundo o secretário de Estado para as Autarquias Locais, Daniel Lopes.

2.9

Mil milhões de kwanzas Crédito adicional que o Governo autorizou para o pagamento de despesas do Serviço de Informação e Segurança do Estado.

RELAÇÃO CUSTO-BENEFÍCIO

País põe em causa adesão à AFC

O Governo não vê benefícios da adesão a instituições internacionais como a Corporação Financeira Africana (AFC, na sigla em inglês).

O ministro das Relações Exteriores, Tete António, explica que a adesão do país a instituições desta natureza, "semelhantes ao Banco Africano de Desenvolvimento ou ao African Eximbank", passa por um exercício de avaliação. "E nós estamos a fazer esse exercício com o Ministério das Finanças, de avaliarmos a importância da nossa adesão a muitas instituições internacionais", com as quais o país gasta 100 milhões de dólares anuais.

Para o chefe da diplomacia angolana, "o país adere a muitas organizações internacionais e, quando se faz o balanço do que realmente se foi buscar, comparado aos custos, nem sempre chega a resultados positivos".

Aia Eza da Silva, secretária de Estado para o Orçamento, também acha que "o Governo não é obrigado a aderir a mais uma instituição internacional, estando aptas para o efeito outras organizações nacionais e privadas". "A jóia exigida é cara e o dinheiro que gastamos poderia servir para outras coisas", afirmou a governante, destacando "três ou quatro organizações (que não citou), onde efectivamente conseguimos financiamento e ganhos particulares".

"Se for de graça, participamos, mas, se tivermos de pagar – e hoje todas elas têm de se pagar – temos de ver o custo-benefício em termos da participação", sugeriu a governante.

Angola ainda não faz parte da AFC, criada em 2007, com um capital de cerca de 6,6 mil milhões de dólares, 55,3% provenientes do sector privado e 44,7% do governo da Nigéria. Trata-se de uma entidade da qual fazem parte, além da Nigéria, o Benim, Cabo Verde, Chade, Costa do Marfim, Djibuti, Eritreia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Quénia, Libéria, Madagáscar, Malawi, Ilhas Maurícias, Ruanda, Serra Leoa, Togo, Uganda, Zâmbia e Zimbábue.

Unita volta a pedir comissão de inquérito

Deputados da Unita abordam, nesta quarta-feira, 2, em conferência de imprensa, o pedido da criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), remetido à Assembleia Nacional na primeira quinzena deste mês.

Uma nota do gabinete do presidente do maior partido na oposição, Adalberto Costa Júnior, não avança detalhes sobre o tema, mas não é a primeira vez que o 'galo negro' exige inquéritos desta natureza. Em outras circunstâncias, chegou a exigir uma CPI sobre a gestão da Sonangol e, em Junho deste ano, solicitou outra sobre o "desaparecimento" de 400 milhões de kwanzas do Banco de Poupança e Crédito (BPC).

A Unita, segundo o seu líder parlamentar, LibertyChiaca, é contra a estratégia do Governo de recapitalizar o BPC e propõe que seja, primeiro, feita uma auditoria, uma comissão parlamentar de inquérito, para, só depois de apuradas as falhas de todo o sistema de controlo interno do banco, no qual se inclui também o BNA e o Ministério das Finanças, se definir "em que medida o Governo pode intervir", no maior banco público.

A iniciativa para a realização dos inquéritos parlamentares compete aos grupos parlamentares, por requerimento dirigido ao presidente da Assembleia Nacional.

AJECO homenageia parceiros

A Associação dos Jornalistas Económicos de Angola, Ajeco, homenageou, na sexta-feira, 27, empresas, instituições e individualidades que, ao longo dos 24 anos, contribuíram para o fortalecimento da organização, à margem da assembleia-geral extraordinária de renovação de mandatos.

Os bancos BIC e BPC, bem como a Ensa, a Sonangol, o Porto de Luanda e Unicargas fazem parte dos homenageados e ainda o Banco Nacional de Angola, o seu governador, José de Lima Massano, e o embaixador Sianga Abílio.

As homenagens incluíram também membros fundadores da Ajeco, com destaque para o seu primeiro presidente, Messias Constantino, além de vários outros jornalistas que, no entendimento da organização, têm contribuído para a afirmação do jornalismo económico. Jornalistas como Carlos Rosado de Carvalho, Evaristo Mulaza, César Silveira, André Samuel e Jorge Zua, entre outros, receberam certificados de mérito numa cerimónia em que nomes como Mário Paiva, António Freitas e Agostinho Quilemba, estes últimos dois a título póstumo, foram também lembrados.

Os novos órgãos sociais, eleitos por unanimidade na assembleia, incluem uma direcção executiva conduzida pelo veterano jornalista João João Joaquim, coadjuvado pelo jornalista Mateus Cavumbo, na qualidade de secretário-geral. José Agostinho Rodrigues, Xavier Sebastião António, Kussy Eugénio, Francisco de Andrade são alguns dos restantes membros do secretário executivo. A assembleia-geral passa a ser dirigida por Cristóvão António Bragança e o conselho fiscal por Romão da Conceição Ferreira. O mandado termina em 2024 e pode ser renovado uma única vez.